

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAEd - CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

GESSINEA RAYDAN EVANGELISTA

**PROPOSTAS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR EM
UMA ESCOLA DO CAMPO**

JUIZ DE FORA

2017

GESSINEA RAYDAN EVANGELISTA

**PROPOSTAS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR EM
UMA ESCOLA DO CAMPO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Rosa Picanço
Moreira

JUIZ DE FORA

2017

GESSINEA RAYDAN EVANGELISTA

**PROPOSTAS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR EM
UMA ESCOLA DO CAMPO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para defesa no Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em:

Prof^o. Dr^a. Ana Rosa Costa Picanço Moreira (Orientadora)
(UFJF)

Prof^a. Dr^a. Katiuscia Cristina Vargas Antunes (UFJF)

Prof^a. Dr^a. Maria Andreia de Paula Silva (CES/JF)

Dedico esse trabalho à minha mãe apelidada carinhosamente de Dona Ladinha (in memoriam) a quem agradeço por todas as minhas conquistas. Sinto não tê-la presente fisicamente, mas dentro do meu coração sei que aí do céu comemora comigo mais essa vitória.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, sou grata a Deus, por me conceder essa experiência ímpar de aprendizado, interação e crescimento profissional e pessoal.

A meu amado esposo, Branco Lopes, pelo companheirismo, apoio e confiança em todos os momentos.

Às minhas filhas Tâmara, Lívia e Ana Clara, meu pedido de perdão pelas ausências nesse período de curso. Agradeço à Tâmara por sua compreensão e atitudes maduras; Lívia, por ter “cursado” o mestrado junto comigo; e Ana Clara pelas orações para que o curso terminasse rápido.

O meu carinho especial a meu pai, irmãs, irmãos e sobrinhos, que sempre torceram por mim.

Aos professores do curso de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela dedicação e profissionalismo.

Aos colegas de curso, obrigada por dividirem angústias, dúvidas, alegrias e vitórias. Em especial aos colegas e amigos, Gilcimar e Deiwison, pelo companheirismo em todos os períodos; dentro e fora da Universidade.

Aos colegas de trabalho, obrigada pela torcida em todos os momentos.

Meu respeito e agradecimentos a suporte Mônica e orientadora Prof. Dra. Ana Rosa Picanço, por me ajudarem a tornar esse trabalho real e possível.

Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

(Boaventura Souza Santos)

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAED/UFJF). O caso de gestão aborda a temática da Educação Inclusiva numa Escola do Campo, localizada em um pequeno Município no interior de Minas Gerais. Partimos da ideia de que uma educação realmente inclusiva pressupõe o atendimento a todos os alunos no ambiente escolar, considerando aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais (NEE). O estudo adota como referência teórica os estudos de Arroyo (2007; 2010), Figueiredo (2008), Glat (2011) e Mantoan (2004; 2006; 2007) e das legislações vigentes acerca da Educação Inclusiva. Para esses autores a escola inclusiva precisa transformar sua organização, estrutura física, práticas curriculares e pedagógicas a fim de atender com responsabilidade a diversidade de alunos que nela ingressa. Utilizamos a pesquisa de cunho qualitativo, adotando como instrumentos para coleta dos dados: a análise documental e entrevistas semiestruturadas com professores e alunos com NEE (Necessidade Educacional Especial). Os resultados apontam para a dificuldade das salas regulares em contribuírem para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais e ainda, para a necessidade de adaptações e transformações no ambiente escolar visando uma educação inclusiva efetiva em classes regulares de ensino. O PAE (Plano de Avaliação Educacional) tem a intenção de propor estratégias de ação que efetivamente, favoreçam as ações docentes para a inclusão, envolvendo alunos; docentes; famílias e Secretaria de Educação.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Escola do Campo; Alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

ABSTRACT

This dissertation was developed within the framework of the Professional Master's in Management and Evaluation of Education (PPGP) from the center of Public Policy and Evaluation of education at the Universidade Federal de Juiz de Fora (CAED/UFJF). The case of the administration deals with the theme of inclusive education in a school of Golf, located in a small town in Minas Gerais. We departed from the idea that education really inclusive presupposes the attendance to all students in the school environment, whereas those who have special educational needs (SEN). The study adopts as a theoretical reference the studies of Arroyo (2007; 2010), Figueiredo (2008), Glat (2011) and Mantoan (2004; 2006; 2007) and of the laws and regulations about Inclusive Education. For these authors to inclusive schools you need to transform your organization, physical structure, practical curricular and pedagogical order to meet with responsibility the diversity of students who join. We use the research qualitative, adopting as instruments for data collection: the documentary analysis and structured interviews with teachers and pupils with NEE (Special educational needs). The results point to the difficulty of regular rooms in contributing to the inclusion of students with special educational needs and also to the need for adjustments and changes in the school environment to an inclusive education in regular classes. The PAE (Educational Assessment Plan) has the intention to propose action strategies that effectively promote the actions of the teachers for inclusion, involving students; faculty; families and the Secretary of Education.

Keywords: Inclusive Education; School of Golf; Students with Special Educational Needs.

LISTA DE ABREVIATURAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CAED	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DESP	Diretoria de Educação Especial
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação
FUNDEB	Fundo da Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NEE	Necessidade Educacional Especial
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDI	Plano de Desenvolvimento Individual do aluno
PNAIC	Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
SIMDAE	Sistema Mineiro de Administração Escolar
SEE	Secretaria de Estado da Educação
SMTEE	Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica da Superintendência de Modalidades Educacionais
SRE	Superintendência Regional de Ensino
TGD	Transtorno Global de Desenvolvimento

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Matrículas – Educação Inclusiva em Minas Gerais.....	30
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quantitativo de funcionários na Escola Riacho Doce	32
Quadro 2 – Projetos desenvolvidos pela Escola Estadual Riacho Doce	34
Quadro 3 – Quantitativo aluno/escolaridade/idade/NEE	43
Quadro 4 – Principais evidências na pesquisa e ações correspondentes.....	90
Quadro 5 – Ações para reformulação do PPP	93
Quadro 6 – Ações sugeridas para Formação continuada e capacitação dos professores.....	95
Quadro 7 – Ações sugeridas para Adequação de espaço e equipamentos.....	97
Quadro 8 – Ações sugeridas para maior participação da família na escola.....	99
Quadro 9 – Ações sugeridas para organização de seminários e grupos de estudos	100
Quadro 10 – Resumo do Plano de Ação Educacional	101

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 EDUCAÇÃO ESCOLAR INCLUSIVA: ESTRATÉGIAS PARA AÇÃO E FORMAÇÃO DOS DOCENTES E GESTORES	22
1.1 Contexto nacional e fundamentação legal da questão da inclusão no ensino básico	24
1.2 A educação inclusiva no estado de Minas Gerais	28
1.3 Discutindo o cenário de inclusão na Escola Riacho Doce	31
1.3.1 A Escola Riacho Doce	31
1.3.2 A Inclusão na escola	37
1.3.3 A questão da Inclusão a partir das discussões em reuniões pedagógicas.....	47
2 PENSANDO A ATUAÇÃO DA GESTÃO DA ESCOLA ESTADUAL RIACHO DOCE FRENTE AO DESAFIO DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS	53
2.1 Desafios de uma educação inclusiva em uma escola de campo	54
2.2 Delineamento metodológico	61
2.2.1 Entrevistas.....	62
2.3 Análise da realidade da Escola Riacho Doce a partir de pesquisas de campo.....	63
2.3.1 Análise da pesquisa documental.....	63
2.3.2 Análise das entrevistas aos alunos com NEE	65
2.3.3 Análise da entrevista ao professor da sala de recursos e de um professor da turma regular	73
3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: CONTRIBUIÇÕES PARA CONSOLIDAR A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E MELHORAR O ATENDIMENTO NA SALA REGULAR OFERTADO A ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS ...	89
3.1 Considerações para a construção do plano de ação educacional.....	89
3.2 Quadros de propostas para o PAE	91
3.2.1 Reformulação do PPP	92
3.2.2 Formação continuada/capacitações aos professores da sala regular	94
3.2.3 Adequação de espaço e equipamentos disponíveis	96
3.2.4 Participação da família na escola.....	98

3.2.5 Seminários e grupos de estudos	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS.....	108
APÊNDICES	111
ANEXOS	113

INTRODUÇÃO

Em princípio, importante mencionar que nas últimas décadas, vivenciamos um movimento em prol de políticas e proposições no campo da educação que destacam a diversidade humana e vislumbram a Inclusão Escolar. A busca de qualidade e democracia na educação brasileira, no que tange à inclusão, depende da conscientização e implicação do poder público; dos profissionais envolvidos no processo e da sociedade em geral na aceitação da diferença como fator constitutivo do ser humano, valorizando os aspectos socioculturais e respeitando as habilidades e potencialidades de cada indivíduo.

Esta dissertação aborda a problemática do atendimento a crianças com Necessidades Educacionais Especiais (NEE)¹ no contexto escolar.

De acordo com a Declaração de Salamanca² (1994):

[...] as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar [...] elas constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos. (p. 8-9)

Nesse sentido, é dever do Estado e da sociedade assegurar oportunidades igualitárias de acesso à educação de qualidade a todas as crianças e adolescentes, e isso nem sempre significa utilizar o mesmo tratamento a todos. Cumpre salientar que as crianças apresentam peculiaridades, necessidades, possibilidades e habilidades diferenciadas e, portanto, necessitam de atendimentos e oportunidades

¹ O termo necessidades educacionais especiais é oriundo da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), e refere-se àquelas que se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Portanto, as NEE englobam as deficiências e outras condições atípicas de desenvolvimento e aprendizagem, resultantes de problemas psicológicos, culturais, sociais etc. que interferem negativamente no processo de aprendizagem do indivíduo (GLAT; PLETSCH, 2012).

² Documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social. A Declaração de Salamanca é considerada um dos principais documentos mundiais que visam à inclusão social, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos de 1990. Ela é o resultado de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva, e cuja origem tem sido atribuída aos movimentos de direitos humanos e de desinstitucionalização manicomial que surgiram a partir das décadas de 60 e 70. Uma das implicações educacionais orientadas a partir da Declaração de Salamanca refere-se à inclusão na educação. Segundo o documento, “o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

que lhes possibilitem desenvolverem-se enquanto sujeitos ativos nesse processo que envolve, além de ensino e aprendizagem, interação, socialização e participação efetiva.

Glat (2011) reforça essa perspectiva como um grande desafio das escolas regulares ao afirmar que:

Para que a diferença não reproduza desigualdades, não basta que todos os alunos tenham igualdade de oportunidade de acesso à escola. É preciso que se reconheça e se trabalhe com as diferenças individuais do alunado, sobretudo aquelas que afetam diretamente o processo ensino-aprendizagem. (GLAT, 2011, p.4)

Dados divulgados pelo último Censo Escolar (BRASIL, 2016, p.4) retrata a situação escolar desses alunos: “57,8% das escolas brasileiras têm alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades incluídos em classes comuns. Em 2008, esse percentual era de apenas 31%”.

A Educação Especial, nos últimos anos vem ganhando uma dimensão mais respeitosa, justa e legal. A Lei de Diretrizes e Bases (1996) em seu capítulo V, artigo 58º incisos 1º, 2º e 3º estabelece normas para que o atendimento à Educação Especial seja oferecido preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de Necessidades Especiais:

Art. 58º. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. § 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. § 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996, p. 21).

Com base nos pressupostos da LDB (1996) as crianças, antes segregadas em instituições especializadas, têm a oportunidade de conviver com as demais em escolas regulares que, por sua vez, precisam se adaptar às necessidades especiais diversas, com estruturas físicas, arquitetônicas e humanizadas.

As Salas de Recursos Multifuncionais³, por exemplo, têm como finalidade o atendimento a alunos com algum tipo de Necessidade Educacional Especial, transtornos ou síndromes, que estejam matriculados em turmas regulares de ensino, na rede pública estadual ou municipal, observando suas necessidades, habilidades e potencialidades. Tais salas são organizadas nas escolas e equipadas com mobiliários acessíveis, materiais didáticos e pedagógicos tendo em vista a oferta do Atendimento Educacional Especializado, com o objetivo de acolher os estudantes com NEE de forma sistematizada, oferecendo a eles condições de acesso, participação e aprendizagens significativas no ensino regular.

As Salas de Recursos Multifuncionais fazem parte de um suporte de ordem estrutural e pedagógica ofertados pelo Ministério da Educação, disponibilizando ainda um professor com formação específica em Educação Especial para atendimento da demanda de alunos com NEE da escola e/ ou Município. O objetivo do programa é oferecer apoio e organizar o Atendimento Educacional Especializado – AEE, de forma que os alunos com NEE, matriculados em classes comuns do ensino regular, tenham acesso a condições de aprendizagem num espaço equipado tecnologicamente e pedagogicamente e com orientações de um professor especializado. Vale destacar que o programa oportuniza o atendimento a esses alunos no turno contrário ao que o aluno frequenta a classe regular, sendo que por intermédio dos materiais pedagógicos diferenciados possibilita um ensino suplementar ao da classe comum.

Oportuno revelar que a necessidade da inclusão é atualmente uma realidade nas escolas públicas, existem leis específicas que asseguram o direito à escolarização dos alunos com NEE, recursos destinados à aquisição de material, equipamentos, infraestrutura; recursos humanos para melhor atendimento às crianças e jovens com NEE e formação continuada aos profissionais que queiram se especializar na área de Educação Inclusiva.

Entretanto, pode-se afirmar que ainda há muito que avançar, ou seja, tornar realidade aquilo que consta no âmbito legal, através de um melhor direcionamento de recursos para essa finalidade. Para que a inclusão ocorra de fato, é necessário não apenas a aceitação de matrícula do aluno com NEE em uma classe regular de

³No capítulo 1 será detalhada a função das Salas de Recurso Multifuncionais.

ensino, mas um trabalho diferenciado, respeitando as limitações dos alunos com necessidades especiais e valorizando as suas potencialidades e habilidades.

Nessa perspectiva, as instituições de ensino brasileiras, mesmo as de pequeno porte, inclusive as localizadas em regiões bem peculiares como as Escolas do Campo, por exemplo, em relação à aceitação das diferenças e respeito às individualidades buscam atender às legalidades exigidas e permeadas por um processo envolvendo desafios diversos vem tentando promover a ideia de Inclusão como uma concepção real e consistente.

Nesse contexto, apresentamos a E.E. Riacho Doce⁴, localizada no Distrito de Córrego das Águas, Município de Maresias⁵, Estado de Minas Gerais. Tal escola faz parte de minha história pessoal e profissional. Sou filha de produtores rurais como a maioria dos alunos atendidos na escola. Foi onde frequentei a escola em meus primeiros anos escolares. Assim que conclui o magistério, tive como primeiro trabalho o de docente nessa unidade de ensino, onde me efetivei e posteriormente, assumi dois cargos de professora de Língua Portuguesa. Possuo graduação em Letras (com ênfase em Língua Portuguesa e Literatura) pela PUC de Minas Gerais e especialização em Língua e Literatura em Sala de aula pela UNILESTE (Universidade do Leste de Minas).

Desde 2008, assumi a direção da escola e procuro dedicar-me com compromisso e seriedade na educação dessas crianças e jovens que têm a escola como referencial e extensão de cultura, entretenimento e expectativas de conquistas para uma vida profissional com sucesso, de forma que se sintam incluídos no contexto social da atualidade.

Cumprе mencionar que na Escola Riacho Doce existe a modalidade de Atendimento Educacional Especializado para os alunos com NEE nas salas de recursos, com professor especializado e equipamentos adequados. Tais alunos apresentam laudos psiquiátricos e psicológicos, os quais anteriormente eram segregados pela sociedade e até pelas famílias, que inúmeras vezes no intuito de protegê-los, não os matriculavam em escolas regulares. Vale dizer que devido à distância geográfica da cidade sede onde existe escola específica para deficientes sendo ela a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), tais crianças não adquiriam nenhuma escolarização.

⁴ Nome fictício para preservar o anonimato da escola.

⁵ Nome fictício para preservar o anonimato do município.

A preocupação da gestão, desde a implantação da Sala de Recursos, em 2012, tornou-se ainda mais contundente, pois a aquisição de equipamentos adequados; o trabalho diferenciado do professor especializado e ainda pela disponibilidade de recursos tecnológicos avançados não garantem uma Educação Inclusiva efetiva. Desta forma evidencia-se que além do apoio especializado, faz-se necessário um trabalho meticuloso, principalmente nas turmas regulares, garantindo acesso e os direitos respeitados de todos os estudantes em sua totalidade.

A escola, a partir da implantação da Sala de Recursos, proporciona oportunidades de atendimento individualizado e específico aos alunos com NEE, mas de certa forma, delega a responsabilidade da educação e escolarização desses alunos ao professor especializado e, na sala regular, os planejamentos e atividades não contemplam tais necessidades. Sendo assim, a inclusão de alunos com NEE passou a ser um grande desafio para a gestão que se propõe a vencer os preconceitos e a exclusão que, esses alunos sofrem por apresentarem deficiências intelectuais, psicológicas ou psíquicas⁶ e ainda por serem oriundos de zona rural, com poucas oportunidades sociais e tecnológicas.

A Educação do Campo, especificidade da escola pesquisada, destina-se à população rural como: filhos de lavradores; pequenos agricultores familiares; extrativistas; pecuaristas de pequeno porte e pescadores ribeirinhos. A instituição tem como objetivo a universalização do acesso; da permanência e do sucesso escolar com qualidade em todo o nível da Educação Básica, sendo que estas perspectivas estão vinculadas às peculiaridades da vida rural de cada região do país (BRASIL, 1996; 2008b).

A Educação Especial e a Educação do Campo e suas regulamentações estão presentes em diversos documentos, como as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002, p.1):

Art.2º Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam a adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, a

⁶O transtorno psicológico, também conhecido como **doença mental**, supõe uma alteração do comportamento e da razão de uma pessoa. Um transtorno mental é uma síndrome ou um padrão psicológico de significação clínica, que costuma estar associada a um mal-estar ou a uma incapacidade. Disponível em: <<http://conceito.de/transtorno-mental#ixz4RG7JTS6G>>. Acesso em: 30 set. 2017.

Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal.

Também a Resolução 2/2008 (BRASIL, 2008b) que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, reafirmam que:

(...) jovens portadores de necessidades especiais, objeto da modalidade de Educação Especial, residentes no campo, também tenham acesso à Educação Básica, preferentemente em escolas comuns da rede de ensino regular.

A Escola Riacho Doce está localizada na zona rural de Maresias, Minas Gerais, e atende a 260 alunos, sendo 17 atendidos em uma Sala de Recursos por apresentarem laudos psiquiátricos e psicológicos. São alunos que possuem Necessidades Educacionais Especiais diversas: Síndrome de Down; Transtorno Bipolar; Transtorno Hiperkinético; Transtorno Obsessivo Compulsivo; Esquizofrenia; Autismo e outras patologias. Estas crianças estão matriculadas na escola e dessa forma têm direito de também desenvolverem suas potencialidades e habilidades e, adquirirem conhecimentos inerentes a suas capacidades. Necessitam interagir com os demais colegas e se sentirem parte do processo de ensino e aprendizagem. A Inclusão ocorre com oportunidades e equidade para as crianças que até a um tempo atrás eram consideradas “incapazes”.

Nesse sentido, Arroyo (2007a) destaca que organizar a escola, os tempos e os conhecimentos, o que ensinar e que aprender, respeitando a especificidade de cada tempo de formação não é uma opção a mais na diversidade de formas de organização escolar e curricular, é uma exigência do direito que os educandos têm de serem respeitados em seus tempos mentais, culturais, éticos e humanos.

Diante da problemática exposta, esta pesquisa busca responder a seguinte questão norteadora: de que maneira a gestão da escola Riacho Doce pode aprimorar o atendimento oferecido aos seus alunos com Necessidades Educacionais Especiais, levando-se em conta as especificidades de uma Escola do Campo?

Salienta-se que existe uma desvantagem da população que vive no campo no que se refere a uma educação que atenda suas especificidades. A cultura própria,

seus costumes e práticas são pouco difundidos e valorizados pela sociedade, em geral, corroborando com essa ideia Cereoli e Caldart apud Alves (2009) afirmam que:

(...) os povos do campo tem uma raiz cultural própria, um jeito de viver e de trabalhar, distinta do mundo urbano, e que inclui diferentes maneiras de ver e de se relacionar com o tempo, o espaço, o meio ambiente, bem como de viver e de organizar a família, a comunidade, o trabalho e a educação. Nos processos que produzem sua existência vão também se produzindo como seres humanos “Por uma Educação do Campo” (CEREOLI E CALDART apud ALVES, 2009, p. 110).

Além disso, a localização rural; estradas vicinais de difícil acesso; uso restrito de tecnologias e outros fatores contribuem para um distanciamento do povo do campo de seus direitos como cidadãos. O avanço tecnológico, por exemplo, cresceu nos últimos anos de forma surpreendente, sendo imprescindível para estar atualizado. o acesso ao conhecimento sobre as ferramentas tecnológicas que estão disponibilizadas em todos os setores. Para se fazer uma simples transação bancária; uma ligação telefônica; uma troca de mensagens; registrar momentos através de fotografias e outras tarefas simples do dia a dia é necessário envolver-se nesse vasto universo tecnológico. Os jovens e crianças do campo têm direitos a Educação em sua plenitude; principalmente os que possuem NEE.

A facilidade do transporte escolar, as leis vigentes; as políticas públicas condicionadas à presença na escola; a Educação de Jovens e Adultos e outros fatores contribuem para a escolarização no campo, garantindo a permanência das crianças do campo no ambiente escolar.

Constantemente surgem os seguintes questionamentos: o que os estudantes das Escolas do Campo devem aprender? Qual seria, então, o papel da escola nessa era globalizada em que o homem do campo precisa se inovar; participar do processo de evolução e criar no seu espaço rural possibilidades para uma vida digna, rentável, com oportunidades e acesso ao mundo digital, tecnológico e social do contexto atual que não pode ser negado e nem ignorado.

Apresentamos, portanto, como objetivo geral desta pesquisa: analisar as ações gestoras da escola Riacho Doce no que tange às percepções e práticas inclusivas, considerando as especificidades de uma Escola do Campo e propor intervenções para melhoria do processo inclusivo em toda a escola.

Como objetivos específicos pretende-se: descrever os métodos adotados pela atual gestão no que se refere à inclusão de alunos com NEE em relação ao que preconizam as legislações; discutir e analisar as políticas de inclusão no âmbito da educação vigentes na rede estadual e as medidas de inclusão adotadas pela escola; propor a implementação de novas práticas que possibilitem uma inclusão mais efetiva de alunos com NEE.

Tendo em vista o exposto, faz-se necessária uma análise sistemática das práticas da atual gestão da escola Riacho Doce em relação às ações inclusivas já realizadas e as possíveis necessidades de mudanças ou readaptação do trabalho dessa gestão, considerando os contextos locais; as legislações vigentes e ainda os resultados internos e externos obtidos por meio de pesquisa de campo oportunizados pelas coletas de dados por meio de questionários e entrevistas aplicadas a professores e alunos envolvidos; observações e comparações das metodologias utilizadas nas aulas regulares e nas Salas de Recursos; além de pesquisa documental; por meio de gráficos de rendimento, assiduidade e de satisfação dos recursos e das aulas.

O primeiro capítulo desta dissertação apresenta uma breve contextualização histórica do movimento inclusivo numa perspectiva nacional e estadual, com ênfase no Estado de Minas Gerais. Expõe também as práticas de Educação Inclusiva nas turmas regulares da escola Riacho Doce, uma escola do campo do interior do Estado de Minas Gerais.

A partir dos documentos já citados, inclusive os que orientam a Educação Especial na escola em questão, abordamos a observância desses no contexto da escola pesquisada e suas contribuições para o processo de aprendizagem e inclusão dos alunos com NEE.

Pretendeu-se ainda apresentar comparativamente os resultados dos alunos com NEE da escola Riacho Doce atendidos pela Sala de Recursos com os resultados desses mesmos alunos nas turmas regulares, baseando-se nos relatos dos professores desses dois ambientes.

O segundo capítulo analisa a realidade da gestão da E.E. Riacho Doce em relação às ações inclusivas já realizadas e, as possíveis necessidades de mudanças ou readaptação nessa gestão, considerando os contextos locais e as legislações vigentes. Existem relatos dos professores das turmas regulares e da Sala de Recursos que revelam grandes dificuldades em trabalhar pedagogicamente com os

alunos com NEE de forma adequada, atendendo às necessidades intelectuais dos mesmos. Sentem-se, segundo eles, despreparados para articularem suas aulas regulares de acordo com as especificidades, possibilidades e habilidades individuais e inerentes de cada transtorno apresentado. Relatam, ainda, que as avaliações, atividades desenvolvidas na Sala de Recursos, são muito mais proveitosas do que as atividades, avaliações e participação nas turmas regulares com o professor regente. Finalmente, no terceiro capítulo, apresenta-se o Plano de Ação Educacional que visa o aprimoramento da qualidade das aulas ofertadas aos alunos com NEE nas turmas regulares da E.E. Riacho Doce, de forma a propor estratégias junto à gestão que colaborem para a inclusão efetiva dos mesmos.

1 EDUCAÇÃO ESCOLAR INCLUSIVA: ESTRATÉGIAS PARA AÇÃO E FORMAÇÃO DOS DOCENTES E GESTORES

Analisando toda a dinâmica de funcionamento da E.E. Riacho Doce, em especial o atendimento diferenciado às crianças com NEE, considerando, principalmente, o contexto rural em que a instituição está inserida, optou-se por discutir as práticas de gestão dessa escola de campo, considerando suas peculiaridades locais, econômicas e sociais, que poderão ser sanadas com propostas gerenciadas e focadas nos direitos legais já adquiridos ao longo da história da educação.

A formação dos professores para o trabalho, adaptado às diferenças e às necessidades individuais e inclusivas, tem sido preocupação constante das políticas públicas atuais ofertando investimentos em materiais e formação humana. A Educação Inclusiva tem encontrado limites e dificuldades, mas grandes possibilidades de avanços pedagógicos. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC (2012), por exemplo, é um programa de formação de professores alfabetizadores que contempla a Educação Inclusiva; apresentando um material extenso e selecionado através de cadernos de formação docente, separados por unidades, que contemplam as realidades vivenciadas pelas Escolas do Campo e a Educação Especial. Fundamental relatar, no entanto, que são políticas de governo e não de estado e, frequentemente, a cada mudança de cenário político são extintas ou reestruturadas de acordo com alguns interesses e isso, sem dúvida, interfere na formação continuada e planejamento adequado das ações inclusivas.

Convém ressaltar que os professores das turmas regulares em que estão matriculados alunos com NEE, frequentemente, nas reuniões pedagógicas, relatam suas dificuldades em trabalharem com essas crianças e jovens, de forma que sejam atendidos em suas necessidades de aprendizagem considerando um dos preceitos da Inclusão que assegura que todo aluno tem possibilidades de aprender.

Oportuno esclarecer que a Inclusão é um processo complexo que abrange diferentes dimensões sejam ideológicas, socioculturais, políticas ou econômicas, abrangendo também as relações no que diz respeito aos sentimentos, significados, necessidades e ações políticas. É inegável que os pontos de partida da educação inclusiva sejam o coletivo, a escola e a classe regular, onde todos os alunos, com

deficiência ou não, precisam ter acesso ao conhecimento, à cultura e a possibilidades de interação e inserção social.

A maior dificuldade, de acordo com os relatos nas reuniões pedagógicas, é elaborar estratégias de ensino diferenciadas, de acordo com o nível e habilidades de cada aluno, considerando suas necessidades específicas, dificuldades de aprendizagem e em alguns casos, a indisciplina e desmotivação, gerada inclusive pela patologia que o aluno possui.

Sob essa ótica Mantoan (2004) esclarece que:

Podemos imaginar o impacto da inclusão na maioria das escolas, especialmente quando se entende que incluir é ensinar a todas as crianças, indistintamente, em um mesmo espaço educacional: as salas de aula de ensino regular (MANTOAN, 2004, p.38).

Mantoan (2007) assinala também em seu artigo *“Ensinando a turma toda - as diferenças na escola”* que a proposta de se ensinar toda a classe, independe das diferenças individuais e o ensino não se torna transmissivo, mas dialógico e interativo. Assim, a indisciplina e o desinteresse em sala de aula dão-se, muitas vezes, pela precariedade das aulas ministradas pelo professor.

Pretende-se, então, analisar as ações desenvolvidas pela gestão da escola Riacho Doce no que tange às percepções e práticas inclusivas, considerando as especificidades de uma Escola do Campo e propor intervenções para melhoria do processo inclusivo em toda a escola.

As seções seguintes trazem reflexões sobre bases legais no país, que garantem e preveem uma Educação Inclusiva de qualidade, não apenas como direito a acesso, mas com suportes de estrutura física e humana nas escolas, para um atendimento eficaz e adequado, com ênfase nas ações desenvolvidas pelo Estado de Minas Gerais. Oportunizam reflexões acerca das legislações vigentes, contextualizando-as num breve histórico da Educação Inclusiva nacional, destacando programas e ações do governo estadual de Minas Gerais para implementação e cumprimento das leis vigentes. Por fim, apresentamos o cenário da escola pesquisada no que se refere aos alunos com NEE: os projetos que a escola desenvolve; número de profissionais disponíveis; relação de alunos com NEE destacando seus transtornos atestados pelos laudos, idade e ano de escolaridade.

1.1 Contexto nacional e fundamentação legal da questão da inclusão no ensino básico

A Educação Especial se apresenta na política educacional brasileira desde o final da década de 50 como processo em construção, norteadas por diversas legislações nacionais para o atendimento escolar de alunos com NEE.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 5692 de 11 de agosto de 1971, iniciou-se a preocupação em incluir na educação brasileira as crianças que apresentam algum tipo de NEE. Foram criadas, assim, as escolas especializadas. Em seu artigo 9º a legislação define que os alunos que apresentem necessidades físicas ou mentais; os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação. A Lei previa, ainda, que a formação de educadores para o atendimento educacional especializado, que esteve ligada aos cursos de formação do magistério em nível secundário, passe para habilitações em nível superior, nas diferentes áreas da Educação Especial (BRASIL, 1971).

Em 1988, a Constituição Federal Brasileira foi promulgada sendo mais um grande avanço para a Inclusão. Em seus artigos 205 e 206, afirma-se, respectivamente, “a Educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” e “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (Brasil, 1988). Ainda em seu artigo 208, prevê a obrigatoriedade de uma Educação Básica e gratuita dos 4 aos 17 anos, afirmando que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de NEE, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

Em 1990, a Lei Nº 8.069 estabelece a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente garantindo, entre outras coisas, o atendimento educacional especializado às crianças com NEE, preferencialmente, na rede regular de ensino. O estatuto protege a criança e o adolescente com NEE dando prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção para famílias com crianças e adolescentes nessa condição. Reforça, assim, a necessidade de Inclusão e respeito às potencialidades diversas que os deficientes possuem (BRASIL, 1990).

Tal necessidade é reiterada pela Declaração de Salamanca, em 1994, assegurando que todos os indivíduos têm direito à educação:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas; sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades; aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades; escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (UNESCO, 1994; p. 1)

Atualmente, têm sido implementadas no Brasil políticas públicas no âmbito educacional para que a escola se torne efetivamente inclusiva. São leis constitucionais e resoluções que nos direcionam para a projeção de uma sociedade mais justa e igualitária. Podemos citar, além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e o Plano Nacional de Educação (2014).

O Plano Nacional de Educação (2011) amplamente discutido em âmbitos Nacional, Estadual e Municipal, consiste em um documento que servirá como diretriz para todas as políticas educacionais do país por dez anos a partir de 2014. Composto por 12 artigos e um anexo com 20 metas para a Educação, tem como foco a valorização do magistério e a qualidade da Educação. Entre as 20 Metas do Plano, destaca-se a meta 04 que determina estratégias específicas para a Educação especial:

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (PNE, 2011)

O PNE, através da meta 04, estabelece uma nova função da Educação Especial como modalidade de ensino que perpassa todos os segmentos da escolarização, prevendo atendimento educacional especializado e serviços e recursos próprios e necessários à Educação Especial. Considera público alvo da Educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva alunos com NEE (intelectual, física, auditiva, visual e múltipla), transtorno global do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades. A preocupação com a formação continuada de professores para o trabalho adaptado às diferenças e às necessidades individuais e inclusivas manifesta-se através de programas de governo e políticas públicas voltadas para essa finalidade (PNE, 2011).

Importante salientar que o PNAIC (2012), por exemplo, é um programa de formação de professores alfabetizadores que contempla a Educação Inclusiva; apresenta um material extenso e selecionado de cadernos de formação docente, separado por unidades, que contemplam seu teor orientações e atividades que atendam o público atendido pelas Escolas do Campo e da Educação Especial.

A PNE (2011) estabelece que, após a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos, as crianças ingressem no sistema regular de ensino a partir dos seis anos de idade e cheguem ao final do primeiro ciclo, com 08 anos de idade, alfabetizadas. Destacando que é direito de todas as crianças, além da alfabetização na idade certa, a aprendizagem dos demais componentes curriculares na Escola do Campo propondo o fortalecimento dos princípios e valores dos diferentes povos do campo, valorizando sua cultura, numa perspectiva inclusiva e democrática. Desta forma pode-se afirmar que receber crianças de seis anos no Ensino Fundamental implica em uma análise que perpassa pelo entendimento de uma organização diferente da que se constituía até então.

Neste sentido, não basta que sejam ofertadas vagas no ensino público; garantir acesso não significa melhorar a qualidade na educação e nem garantir os direitos de aprendizagem. Trata-se de algo bem mais complexo. A escola deve trazer estas reflexões para o seu universo, para o seu espaço, para sua realidade. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013) definidas como normas nacionais pelo Conselho Nacional de Educação devem ser observadas na elaboração dos currículos e principalmente, na Proposta Político Pedagógica das escolas.

As Diretrizes Nacionais da Educação Básica (2013) enfatizam a Educação Especial como modalidade de ensino transversal; como parte integrante da educação regular, com obrigatoriedade de constar sua implementação no projeto político pedagógico da escola, devendo as escolas organizarem-se para atendimento aos estudantes com NEE; transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, com condições de acessibilidade para uma educação de qualidade, considerando suas necessidades educacionais especiais. O documento regulamenta, dentre outras normas:

I – a dignidade humana e a observância do direito de cada estudante de realizar seus projetos e estudo, de trabalho e de inserção na vida social, com autonomia e independência; II – a busca da identidade própria de cada estudante, o reconhecimento e a valorização das diferenças e potencialidades, o atendimento às necessidades educacionais no processo de ensino e aprendizagem, como base para a constituição e ampliação de valores, atitudes, conhecimentos, habilidades e competências; III – o desenvolvimento para o exercício da cidadania, da capacidade de participação social, política e econômica e sua ampliação, mediante o cumprimento de seus deveres e o usufruto de seus direitos. (BRASIL, 2013, p.42)

O Ministério da Educação e Secretaria de Educação Básica juntamente com a Diretoria de Apoio à Gestão Educacional instituíram a proposta do PNAIC (2012) dando especial atenção à Educação Inclusiva. Um caderno específico para “Alfabetização na Idade Certa” de alunos com NEE foi concebido para subsidiar a formação dos professores cursistas do PNAIC com objetivos muito bem definidos na perspectiva da Educação Inclusiva.

O referido caderno tem como foco aprofundar conhecimentos sobre encaminhamentos destinados aos alunos com NEE diagnosticados através de laudos médicos e, compreender a importância de um trabalho com ações voltadas para a participação, acesso e aprendizagem desses alunos, com sugestões de atividades específicas para as necessidades detectadas.

Na introdução, o caderno PNAIC - Educação Inclusiva traça um panorama da educação no Estado de Minas e afirma a necessidade de incluir os alunos com NEE, sem, contudo, negligenciar a responsabilidade da escola em detrimento a presença de laudos médicos que, de certa forma, “justifica” a dificuldade do aluno em aprender:

Investindo esforços para que os alunos tenham suas diferenças consideradas – e não apagadas – nos processos de ensino e aprendizagem, o Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial apresentou, em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) que institui uma mudança estrutural na escola, implementando políticas públicas de inclusão educacional visando a uma educação de qualidade para todos os alunos. (BRASIL, 2014, p.8)

O documento afirma ser a escola um espaço onde a norma se torna institucional, e que muito mais que aprender conteúdos, deve-se aprender a conviver com as diferenças.

O que fazer com a diferença? É preciso pensá-la sem fazer comparação com “algo”. A diferença aqui não deve nos levar ao que se discute no Caderno de Grandezas e Medidas, não se trata de estabelecer um padrão comum, não se trata de classificar e hierarquizar... O desafio é pensar a diferença como parte ativa da identidade das pessoas que por ela ou através dela não se tornam nem melhores e nem piores, nem superiores e nem inferiores, elas se tornam “apenas” o que são, e nós convivemos com elas como nós somos e como elas são. Este é o sentido afirmativo de conviver (ou viver com) a diferença. (BRASIL, 2014, p. 9)

Nessa perspectiva, discute-se a seguir a Educação Inclusiva no Estado de Minas Gerais; apresentando um panorama de propostas e investimentos que subsidiam as ações nas escolas para atendimento educacional especializado e inclusivo.

1.2 A educação inclusiva no estado de Minas Gerais

De acordo com orientações contidas no Guia de Orientação da Educação Especial da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais, elaborado em outubro de 2012, as redes intersetoriais de apoio à Educação Inclusiva nas diversas áreas da educação; saúde; assistência social, dentre outras, têm como função atender integralmente o aluno com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação, estando previstas nas Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica na modalidade de Educação Especial. Faz-se necessária uma articulação entre professores especializados, demais profissionais da escola, com a participação das famílias, e

parcerias com os serviços setoriais de saúde, assistência social, Conselhos Tutelares, Ministério Público, dentre outros para a efetivação da Inclusão.

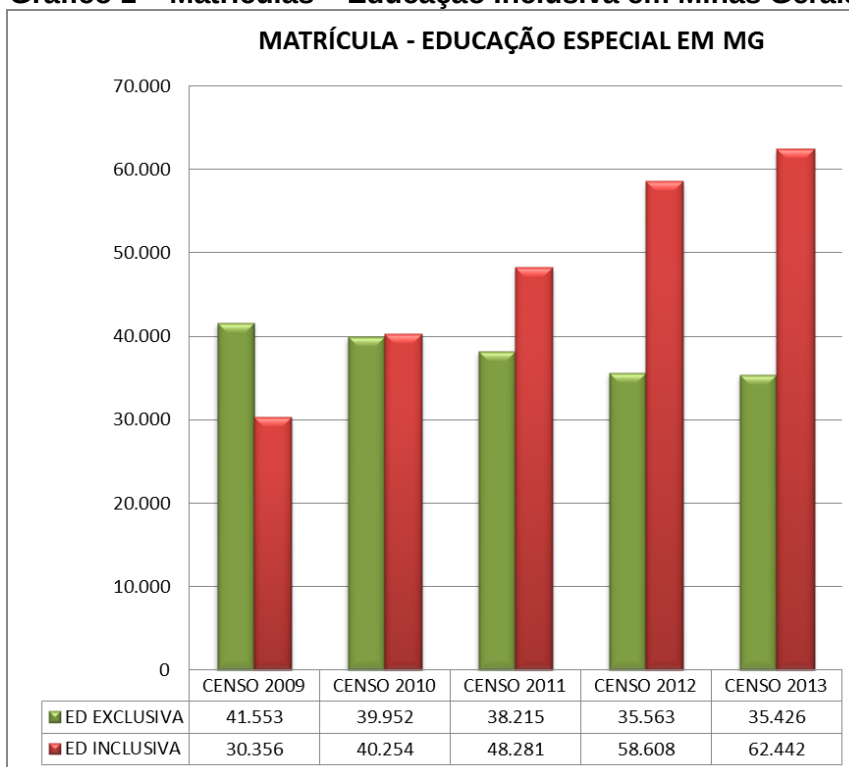
A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, por meio da Diretoria da Educação Especial (DESP) vem desenvolvendo ações em quatro eixos principais: promoção da acessibilidade arquitetônica e tecnológica; capacitação de educadores; formação de redes de apoio e garantia dos Atendimentos Educacionais Especializados, que objetivam preparar e adequar as escolas públicas para acolhimento e atendimento de qualidade, aos alunos com NEE e Transtornos Globais do Desenvolvimento, junto aos demais alunos.

Para tanto, as escolas públicas receberam recursos para adaptação arquitetônica através do Programa Dinheiro Direto na Escola – o PDDE Acessibilidade do governo federal, visando uma estruturação das dependências da instituição com vistas à acessibilidade com banheiros adaptados; construções de rampas e corrimões. Foram equipadas Salas Multifuncionais com Tecnologias Assistivas para o atendimento necessidades diversas dos alunos. Viabiliza-se a contratação de professores especializados para tais salas e, ainda, dependendo da síndrome, transtorno ou NEE contrata-se um professor de apoio exclusivamente para o aluno que necessitar do suporte.

Todas essas ações associadas a outras internas que a escola promove como projetos de inclusão e conscientização são importantes para o êxito de aprendizagem dos alunos com NEE. Entretanto, é importante saber articular e operacionalizar a utilização desses recursos disponíveis.

Percebemos, que a partir dessas novas propostas e investimentos em recursos humanos e financeiros, um aumento significativo nas matrículas de alunos com NEE em escolas regulares, que podem ser vistos no Gráfico 1, que traz alguns dados, segundo Relatório - Diretoria de Educação Especial – da Secretaria de Estado da Educação (SEE), 2014, de matrícula da Educação Inclusiva no Estado.

Percebe-se, pelo gráfico apresentado na próxima página, que a matrícula na Educação Inclusiva no Estado de Minas Gerais avançou consideravelmente de 2009 a 2013; visualizando-se um crescimento superior a 50% nesse período, enquanto a Educação Exclusiva apresenta uma queda gradativa nesse mesmo período. Isso assinala uma resposta inicial às políticas públicas de inclusão implementadas pela SEE.

Gráfico 1 – Matrículas – Educação Inclusiva em Minas Gerais

Fonte: Site da SEE/MG.

A capacitação de educadores, segundo o *site* da Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica da Superintendência de Modalidades e Temáticas Especiais de Ensino (SMTEE) da SEE/MG, é uma ação muito significativa no processo de inclusão escolar, uma vez que estes se consideram despreparados para lidarem com as diferenças nas salas de aula. Considera-se que essa ação visa garantir o Atendimento Educacional Especializado aos alunos com NEE; Transtornos Globais do Desenvolvimento e Superdotação/Altas Habilidades, matriculados nas escolas públicas, caso necessitarem.

Ainda segundo o *site* da SMTEE, a oferta dos Atendimentos Educacionais Especializados (AEE), em caráter complementar e de apoio, nas escolas comuns e especializadas, visa possibilitar ao aluno com NEE e Transtornos Globais do Desenvolvimento, o melhor aproveitamento das suas potencialidades e a melhoria do seu processo de aprendizagem objetivando facilitar a sua inclusão em classes regulares de ensino.

Nesse sentido, pretende-se discutir o atendimento especializado na escola Riacho Doce, com ênfase na atuação dos docentes que atuam nesse cenário; nas

habilitações que possuem; no suporte pedagógico da Equipe Gestora no sentido de proporcionar condições de trabalho adequadas; nas adaptações físicas do prédio escolar; nas condições pedagógicas de aprendizagem e, ainda, a suscitar uma análise dos planejamentos e documentos utilizados concernentes à Educação Inclusiva.

1.3 Discutindo o cenário de inclusão na Escola Riacho Doce

Para discutirmos o cenário da Inclusão na escola Riacho Doce, apresentaremos, em um primeiro momento, a estrutura organizacional da escola, tais como sua localização; perfil dos alunos e estrutura oferecida, bem como os projetos que são atualmente desenvolvidos na instituição e o Projeto Político Pedagógico que alicerça e retrata o funcionamento escolar. Apresentado este cenário que permeia a Inclusão, será possível, em um segundo momento, apresentar como ocorre o processo de inclusão atualmente na unidade de ensino.

1.3.1 A Escola Riacho Doce

A Escola Estadual Riacho Doce localiza-se na zona rural do município de Maresias/MG, em um lugarejo denominado Córrego Das Águas⁷ e atende aos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e, Ensino Médio, sendo a única escola estadual do município com séries iniciais. Do total de 260 alunos matriculados, 17 são alunos que apresentam laudos atestando algum tipo de Necessidade Especial ou outras condições atípicas que dificultam o desenvolvimento e a aprendizagem. Foi criada em 1974 e, desde então, apresenta um caráter tipicamente rural, atendendo basicamente filhos de lavradores e pequenos produtores.

Privilegiada por possuir um espaço físico de 8.000 metros quadrados, a escola conta com quadra, horta, jardim e área de lazer, ou seja, um espaço para o conhecimento e lazer. As salas são arejadas e a acessibilidade espacial parcialmente adequada aos alunos que atende. O prédio é construído em apenas um pavimento, não possuindo escadas. No entanto, ainda existem muitas questões de adaptações a serem repensadas. Exemplificando, o balcão de atendimento muito

⁷ Nome fictício para preservar anonimato da localidade.

alto dificulta o uso das crianças e de pessoas em cadeira de rodas; não há piso tátil direcional para guiar pessoas com deficiência visual; não existem placas, na recepção, para indicar o caminho a seguir para as demais dependências da instituição. Não encontram placas com letras em relevo ou escritas em Braille, nem telefone público acessível a cadeirantes e com amplificador de som para pessoas com audição reduzida e outras situações internas e externas, inclusive no que se refere ao transporte escolar que necessita de adaptações. Em 2015, o prédio escolar passou por uma reforma geral com as algumas adaptações de acessibilidade: banheiros adaptados; portas alargadas e vasos sanitários menores para atender duas crianças que apresentam nanismo, além da sala de recursos multifuncionais, que será apresentada posteriormente.

A Escola Riacho Doce apresenta atualmente um número de funcionários de acordo com a Resolução de quadro de pessoal vigente (Res. 2836 de dezembro de 2016) que atende bem sua demanda e necessidades:

Quadro 1 – Quantitativo de funcionários na Escola Riacho Doce

Função	Quantidade por turnos manhã/ tarde e noite		
	Manhã	Tarde	noite
Diretor	01		
Especialista (supervisor)	01		
Professor Responsável pela Biblioteca	01	01	-
Professor Eventual	-	01	
Professor da Sala de Recursos	01		-
Professor de Apoio	01	01	-
Professor Regente de Aulas	18		
Professor Regente de Turmas	--	05	-
Secretário	01		
Assistente Técnico da Ed. Básica	01	01	
Auxiliar de Serviços da Ed. Básica	03	03	01

Fonte: Elaborado pela autora baseado na Resolução de quadro de pessoal vigente da escola.

Do total de 41 profissionais atuantes na escola, apenas 09 são efetivos, sendo um desses o professor da Sala de Recursos; os demais são contratos temporários, normalmente pelo período de um ano. Isso compromete o trabalho docente, pois projetos iniciados por determinada equipe, formação e deliberações realizadas nas reuniões pedagógicas semanais, capacitações promovidas pela SRE, muitas vezes se perdem e não há a continuidade do trabalho.

Vale destacar que todos os professores e funcionários da escola, com exceção dos Auxiliares da Educação Básica, têm formação superior, no caso os professores de séries iniciais do Ensino Fundamental são licenciados em Pedagogia; e os professores em que atendem o Ensino Fundamental II e Ensino Médio, licenciados em áreas específicas. A escola desenvolve projetos orientados pela SEE e outros internos, conforme demonstrado no Quadro 2, apresentado na próxima página.

São diversos os projetos desenvolvidos na escola durante todo o ano. São realizadas atividades extraclasse com objetivos pedagógicos, sociais e culturais, envolvendo a comunidade escolar e as autoridades representadas pelos conselhos municipais. Projetos de Leitura são vivenciados constantemente em sala de aula e articulados pelo professor para utilização da biblioteca, visando sempre um maior incentivo à leitura e interpretação proporcionando às crianças e jovens oportunidades de conhecerem novas perspectivas e realidades. A partir das leituras de livros e histórias diversas, são propostas encenações teatrais, desfiles, apresentações de paródias, entrevistas e outras atividades culturais que contribuem para o desenvolvimento intelectual, cultural e social dos alunos.

A escola Riacho Doce, tradicionalmente, nos meses de junho e agosto, com o apoio da comunidade escolar realiza projetos que enaltecem a cultura local, ou seja, costumes e tradições rurais. Festas e feiras culturais são realizadas; oportunizando a participação de alunos, funcionários e família nas culinárias, danças e talentos locais. Encontro de sanfoneiros, dança da caboclada apresentada por remanescentes quilombolas e outros fascinam a comunidade escolar que tem, quase sempre a escola como principal local de lazer no Distrito.

Não se verifica nenhum projeto na escola exclusivo para atividades de inclusão aos alunos com NEE. Os alunos com necessidades especiais se adequam às atividades programadas para o coletivo. Ponto favorável para que não se sintam marginalizados; no entanto, muitos são apenas expectadores dos projetos por não haverem ações específicas ou que favoreçam suas limitações e potencialidades. Nenhuma forma de registro além das obrigatórias no diário de classe e PDI que identifiquem atividades extracurriculares desenvolvidas pelos alunos.

Quadro 2 – Projetos desenvolvidos pela Escola Estadual Riacho Doce

Nome do projeto	Séries contempladas	Disciplinas envolvidas	Responsáveis pela execução	Objetivos do projeto	Resultados esperados	Período de realização (início e fim)
Consumidor Consciente	Todas	Mat. Geog. História e Port.	Professores e equipe gestora	Conscientizar a importância do consumo e do comércio em nosso dia a dia	Confecção de gráficos, produção de textos, realização de feira livre.	Março a abril
Gentileza gera Gentileza	Todas do Ens. Fund.	Todas as disciplinas	Supervisores, Professores	Trabalhar valores e respeito mútuo.	Menos indisciplina e menos <i>bullying</i> na escola.	2º semestre
Feira Folclórica	Todas	Todas as disciplinas	Toda equipe escolar e comunidade	Resgatar culturas locais, danças, comidas típicas, músicas.	Valorização da cultura local; envolvimento comunidade e Escola.	Agosto
Projeto Transforma	Todas	Educação Física	Equipe gestora e professores de Ed Física	Trabalhar modalidades esportivas diversas	Valorização do esporte	2016
Projeto de Leitura	Ensino Fundamental e Médio	Língua Portuguesa	Equipe gestora e professores de Língua portuguesa e professores para uso da biblioteca	Incentivar leitura e interpretação	Prática de leitura, apresentação de teatros, paródias . Recital de poesias	2016 e 2017
Projeto Consciência Negra	Ensino Fundamental e Médio	Interdisciplinar	Equipe gestores e professores ensino fundamental e médio	Trabalhar a diversidade racial e a aceitação e respeito às diferenças .	Apresentações diversas, palestras e desfile “Beleza negra”	Novembro/2016

Fonte: Elaborado pela autora baseado na Proposta Pedagógica da E.E. Riacho Doce do ano de 2016.

O Projeto Político Pedagógico da escola é um documento que descreve o funcionamento da escola apresentando sua missão; seus objetivos; projetos e sua realidade vivenciada em todos os aspectos econômicos, sociais, pedagógicos e estruturais. É reformulado anualmente, através de reuniões, por toda a equipe da escola: diretora, supervisora, professores e representantes dos pais e alunos; tendo última atualização em fevereiro de 2016. Consta nessa última atualização a utilização da Sala de Recursos, com obrigatoriedade da matrícula dos alunos laudados nesse ambiente, bem como suas características de funcionamento. Entretanto, não há previsão de uma proposta de atuação diferenciada do professor regular com os alunos NEE.

O PPP da escola Riacho Doce foi elaborado em conformidade com a legislação nacional, com fundamentos e procedimentos definidos pelos Conselhos Nacional e Estadual de Educação e em consonância com as normas da SEE/MG, atentando aos novos tempos e expectativas educacionais, priorizando o artifício pedagógico de ensinar e respeitar os processos e tempos de aprendizagem num ambiente que seja transformador, socializador, político, científica e contínuo, reverenciando as diferenças, os apegos éticos universais e a religiosidade. No entanto, faz-se necessária uma revisão com um olhar menos burocrático e mais real e próximo do contexto sociocultural a que a escola pertence.

Apresenta, de forma superficial, as competências da educação especial, embora a gestão dos últimos anos tenha conseguido alguns avanços em relação a essa modalidade, como a sala de recursos multifuncionais, que será apresentada, de maneira minuciosa, ainda neste capítulo.

Importante salientar que a proposta de criação da Sala de Recursos Multifuncionais na escola está prevista na última atualização da Proposta Política Pedagógica em conformidade com o programa do MEC que prevê um número mínimo de matrículas de alunos com NEE. No entanto, foram muitas as dificuldades nesse processo de criação de uma turma para a sala de recursos, formada por alunos portadores de laudos para serem atendidos no contraturno.

Sendo assim, não basta conter no PPP as sugestões de implementação, mas são necessárias também as reais possibilidades de sua realização. A escola em parceria com o poder público municipal, principalmente, com a Secretaria de Assistência Social e Saúde tem viabilizado atendimento psicológico, fonaudiológico

e através de pagamentos de contrapartida de consultas médicas, oportunizando atendimento aos alunos a especialidades como psiquiatria e neurologia.⁸ Destaca-se que o apoio da administração municipal é de fundamental importância nessa situação. Os encaminhamentos médicos por intermédio de convênios municipais em sua totalidade ou em parte, viabilizam atendimentos aos alunos que necessitam.

Por se tratar de um pequeno distrito na zona rural, os desafios são imensos, além do que foi dito, a localização, distante de grandes centros, dificulta o acesso a médicos especialistas, sendo que a cidade mais próxima e que oferece tais serviços encontra-se a 100 km do Distrito.

O Projeto Político Pedagógico também prioriza o conhecimento e a integração da população a ser atendida pela escola e a comunidade na qual se insere. Considera relevante existir ainda um canal de comunicação entre a escola e a família, bem como propostas que favoreçam a interação e integração entre escola, família e comunidade. Apresenta um caminho de aprendizagem pelo respeito às diferenças, bem como a intencionalidade educativa e os princípios da ação educativa.

Vale dizer que, quando a escola é capaz de construir, implementar e avaliar sua Proposta Pedagógica, ela caminha rumo à oferta de uma educação de qualidade e de excelência, pois a partir da realidade da escola e do contexto em que está inserida, exerce sua autonomia pedagógica com um planejamento voltado para a diversidade de seu público e, conseqüentemente, mais eficaz.

Dadas a todas as dificuldades relatadas, no que se refere à Educação Inclusiva, não são definidas pelo P. metas e ações direcionadas. Diferente disso, menciona em um único ponto a Educação Inclusiva como modalidade transversal em todas as etapas e modalidades de ensino, sendo parte integrante da educação regular, destinada aos alunos com NEE, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação, definindo como objetivos centrais para essa modalidade :

Identificar, elaborar, organizar e oferecer os recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas, em constante articulação com os demais serviços ofertados. (PPP DA ESCOLA RIACHO DOCE, p. 8)

⁸ Explicações mais detalhadas na próxima seção de como são feitos os laudos dos alunos com NEE.

De forma geral, o PPP relata que a escola contempla as condições de acesso, percurso e permanência dos alunos com NEE, TGD e Altas Habilidades/Superdotação, garantindo o processo de inclusão.

Embora o PPP seja um documento obrigatório e essencial em toda a escola, na prática, o que se tem é uma autonomia dentro das legislações vigentes para, num momento democrático de construção coletiva, realizar adaptações e adequações necessárias ao bom funcionamento da escola.

Sobre a organização curricular, o PPP traz indicações, também em linhas gerais, sobre a Educação Básica. Refere-se ao currículo da Educação Básica como um conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção e a socialização no espaço social, contribuindo, intensamente, para a construção de identidades socioculturais dos educandos trazendo significado ao seu espaço.

Na implementação do currículo, de acordo com o P., deve-se evidenciar a contextualização e a interdisciplinaridade, ou seja, formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos, permitindo aos alunos a compreensão mais ampla da realidade que os cerca. Cita a interdisciplinaridade como parte do princípio de que todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos e a contextualização requer a concretização dos conteúdos curriculares em situações mais próximas e familiares aos alunos.

Vale destacar, entretanto, que o planejamento pedagógico e os conteúdos delimitados pelos professores regentes de aulas e turmas e o professor de AEE, ainda não estão consolidados. O planejamento é realizado semestralmente e de forma individual pelos professores regentes; sem, no entanto, considerar as dificuldades e necessidades educacionais especiais dos alunos.

1.3.2 A Inclusão na escola

A escola oferece, desde 2014, atendimentos destinados a alunos com NEE através do atendimento em Sala de Recursos Multifuncionais, conforme prevê o PNE (2011), autorizadas pela Secretaria de Estado da Educação a partir da solicitação da gestão escolar diante de um número significativo de alunos laudados, e contratação de professor com formação específica.

A Sala de Recursos conta com equipamentos adequados, tecnologias avançadas assistivas: como a mesa alfabetizadora; *mouse* adaptado; notebooks; computadores com programas especializados e ainda um professor habilitado em Educação Inclusiva. Esses recursos tornaram a escola mais atrativa e interessante para os alunos com NEE.

Os laudos são elaborados por médicos especialistas e apresentados pelos pais no ato da matrícula. Em alguns casos, a escola identifica a necessidade educacional especial do aluno e posteriormente reúne-se com pais ou responsáveis relatando a possível necessidade de um atendimento especializado; diante disso investiga-se com os pais os comportamentos, avanços e retrocessos do aluno e propõe-se a intermediação do agendamento de consulta com o apoio da Secretaria Municipal de Saúde. No entanto, são os pais que acompanham o filho ao médico e retornam para a escola com o diagnóstico. De posse do diagnóstico, se comprovada à necessidade de um atendimento na Sala de Recursos e/ou professor de apoio, a escola encaminha documentação à SRE, informa o fato através do SIMDAE - Sistema Mineiro de Administração Escolar e enturma o aluno na Sala de Recursos.

Os laudos atestados por psicólogos, psiquiatras, ou neurologistas são documentos indispensáveis para que o aluno seja inserido no sistema como público alvo da Educação Inclusiva. Esse é o primeiro passo para a implantação da Sala Multifuncional na escola. Caso o número de alunos público alvo do AEE seja inferior a 07 matrículas, os mesmos podem frequentar a Sala Multifuncional de outra instituição do Município.

Os relatórios médicos atestam as mais variadas situações de transtornos ou patologias, podendo esses serem de ordem psíquica ou psicológica. Os laudos nem sempre estão associados a dificuldades de aprendizagem; em alguns casos, a necessidade de atendimento dá-se pela pouca socialização do aluno, autoestima baixa e situações de descontrole emocional. A solicitação para a consulta e atendimento de um especialista ocorre ocasionalmente a pedido da direção da escola aos familiares que não perceberam tais dificuldades.

É importante salientar que o fato de o aluno apresentar dificuldades na escola não significa que ele tenha uma necessidade especial que retarde a aprendizagem. É muito comum as escolas ou mesmo famílias encaminharem crianças a psicólogos e outros especialistas numa tentativa de explicar dificuldades

pedagógicas das crianças. O laudo médico esclarece através de CID - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde – a necessidade especial, os transtornos psicológicos e/ ou psíquicos da criança ou do adolescente. São esses laudos que amparam a escola e a família para afirmarem que o aluno é público alvo da Educação Inclusiva e que, portanto, faz jus ao atendimento em Salas Multifuncionais com professores especializados. Vale desatacar que a questão da dificuldade de aprendizagem sem um atestado de especialidade médica configura-se em dificuldade pedagógica e deve ser sanada pela escola com estratégias de intervenções o tempo necessário para o acompanhamento da turma regular a qual o aluno está matriculado .

Considerando que os alunos da escola, são em sua maioria pertencentes a famílias de classe socioeconômica baixa e desta forma não conseguem arcar com despesas médicas; e que o Sistema Único de Saúde (SUS) não contempla atendimento às especialidades necessárias, como psicólogos, neurologistas , fonoaudiólogos e psiquiatras; as famílias ,muitas vezes, esperam da escola um papel que vai além de suas responsabilidades enquanto instituição de ensino. Numa localidade pequena de zona rural, como a descrita neste texto, os pais delegam à escola funções diversas inclusive de encaminhamentos a médicos, dentistas e psicólogos.

Verifica-se na escola Riacho Doce, além da demanda de 17 alunos com NEE, existem outros que necessitam passar por uma avaliação médica; pois mesmo com todas as intervenções pedagógicas possíveis suscitadas pela escola, ainda apresentam resultados pouco satisfatórios no nível de escolaridade em que estão matriculados. No entanto, mesmo com solicitações da escola nesse sentido, alguns pais relutam em procurarem ajuda médica e a escola fica impossibilitada de proporcionar a esses alunos atendimentos especializados com apoio de professor com formação específica para tais alunos.

Todos os alunos atendidos na Sala de Recursos, além de apresentarem laudo psicológico, neurológico e/ou psiquiátrico, tem ainda arquivado na escola um documento elaborado pela equipe de especialistas: professor especializado, professor da turma regular e pais ou responsáveis em que constam dados relevantes sobre o histórico escolar e familiar.Tal documento, específico dos alunos com NEE, denomina-se Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) e é

rigorosamente elaborado e consultado pelos interventores no processo de aprendizagem destes alunos.

Ao contrário do pouco detalhamento da Educação Inclusiva na Proposta Político Pedagógica, o Plano de Desenvolvimento Individual de cada aluno, construído coletivamente pelos professores e especialistas sob a orientação do professor especialista apresenta um detalhamento da vida do aluno, sua trajetória familiar, médica e escolar, com descrições das necessidades especiais, das relações cotidianas dos alunos NEE, seus avanços e retrocessos. Tal documento auxilia o planejamento para as aulas regulares e em sala de recurso permitindo um acompanhamento contínuo dos professores inclusive de um ano para o outro.

No PDI são registrados os conteúdos que os alunos estudam em cada ano de escolaridade em todas as disciplinas e, quais conteúdos ou habilidades o aluno não alcançou em determinado período. Encontra-se ainda espaço para relatos do professor regular e para o professor AEE destacarem pontos importantes da trajetória escolar do aluno NEE.

O PDI é rigorosamente elaborado e consultado pelos interventores no processo aprendizagem dos alunos com NEE. No PDI constam dados de identificação da escola, os responsáveis pela elaboração, os dados do aluno, incluindo o nome dos seus responsáveis legais e o ano de escolaridade a que pertencem. São detalhadas também as necessidades educacionais especiais apresentadas decorrentes das patologias ou transtornos de cada aluno; a proposta curricular prevista no projeto pedagógico para cada ano ou ciclo, o relatório circunstanciado e Avaliação educacional inicial do aluno; sua história de vida escolar, seus diagnósticos clínicos, relação dos atendimentos pedagógicos extraescolares que o aluno possui, caso possua. As informações sobre o ambiente familiar do aluno com NEE, tais como aspectos socioeconômicos e culturais; estrutura familiar; o nível de escolaridade dos demais membros da família, como os membros se relacionam e ainda informações, em alguns casos, do desenvolvimento do aluno desde a sua gestação também são bastante detalhadas e obtidas por meio de entrevista à família.

A Avaliação Educacional dos alunos matriculados que apresentam laudos de necessidades educacionais especiais aborda seus conhecimentos e capacidades cognitivas e metacognitivas, sendo estes submetidos a testes que avaliam a

percepção, a atenção e a memória; outros que avaliam as capacidades motoras e psicomotoras; interpessoais; afetivas e comunicacionais. A princípio, a professora AEE avalia os alunos e elabora relatórios individuais que são registrados no PDI; em seguida, os alunos são avaliados ainda em cada área de conhecimento por cada professor específico (Português, Matemática, Ciências, Geografia, História, Educação Física, Educação Religiosa e Artes) que também registra no PDI os avanços e/ou retrocessos dos alunos.

Ainda dentro do Plano de Desenvolvimento Individual constam os planejamentos estratégicos e os planos de intervenção pedagógica para cada aluno NEE, bem como as estratégias metodológicas e os recursos a serem utilizados em cada caso.

Prevê-se ainda uma avaliação institucional após a implantação da intervenção pedagógica que consiste em registros realizados pelos professores e pela equipe pedagógica da escola referentes aos conhecimentos e capacidades alcançados pelos alunos, bem como suas principais dificuldades que ainda persistem após estratégias pedagógicas implementadas, como aulas de reforço e atendimento individualizado.

Para melhor compreensão, oportuna a seguinte explicação: são atendidos 17, com escalonamento entre os dois turnos; existe uma única professora especialista, que é efetiva e, além dos cursos exigidos para Educação Inclusiva, ainda é graduada em Psicologia, sendo esta uma condição extremamente favorável para a execução de seu trabalho. A mesma participou de vários cursos de aperfeiçoamento disponibilizados pela SEE e SRE.

Desses 17 alunos, apenas dois frequentaram a APAE no Município. Os demais são alunos matriculados na escola regular desde a pré-escola. Desses alunos 05 são ou já foram atendidos pelo psicólogo contratado pelo CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) do município, 03 são moradores em fazendas mais longínquas da escola; necessitando percorrer um trajeto a pé antes do ponto de espera do transporte escolar. Os demais são moradores da comunidade Córrego das Águas e não necessitam de nenhum transporte até a escola. Com exceção dos alunos do 1ª ano com Autismo e Síndrome de Down, os demais vão para a escola sozinhos ou apenas acompanhados dos irmãos mais velhos.

A escola baseia-se para o atendimento aos pressupostos da Educação Inclusiva, em uma cartilha sobre Inclusão Escolar de estudantes com NEE e Transtornos Globais de Desenvolvimento concebida pela Rede Estadual de Minas Gerais. É um documento orientador que deve ser utilizado nas escolas para definição de toda a dinâmica da Educação Inclusiva, apresentando resumidamente as principais normas, diretrizes e orientações sobre o Atendimento Educacional Especializado, propondo ainda, direcionamentos aos pais, estudantes e profissionais da educação. Orienta aos pais ou responsáveis para que realizem o cadastro escolar, que garante a oferta da vaga ao futuro estudante em escola mais próxima de sua residência e para que no ato da matrícula, além de entregar o laudo ou relatório de seu filho feito pelo profissional de saúde, também converse com a escola sobre as necessidades especiais que seu filho apresenta e acerca da necessidade de um atendimento diferenciado em alguns aspectos.

A cartilha sobre Inclusão Escolar de estudantes com NEE e Transtornos Globais de Desenvolvimento apresenta os recursos que devem estar disponíveis nas escolas para os alunos NEE e traz orientações sobre o Atendimento Educacional Especializado. Segundo a cartilha :

O atendimento educacional especializado (AEE) tem como função complementar ou suplementar a formação do estudante por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem (o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), do BRAILLE, de recursos de acessibilidade, de tecnologia assistiva, de comunicação alternativa, orientação e mobilidade (MINAS GERAIS, 2014, p. 08).

A cartilha que orienta a inclusão escolar é disponibilizada às escolas estaduais que as reproduzem e a utilizam seguindo suas orientações. O conteúdo da cartilha traz informações sobre procedimentos para possibilitar o atendimento especializado na escola, quais passos seguir para cadastro de alunos com NEE no sistema, autorização e contratação de professores AEE; no entanto, não orienta procedimentos pedagógicos que possam subsidiar os professores em seus planejamentos e dinâmicas para ministrar suas aulas. Nesse sentido, a cartilha tem mais caráter administrativo do que pedagógico.

Sobre o fluxo de atendimento da Educação Inclusiva, a cartilha especifica os passos e as competências da escola, professores AEE, SRE e pais ou responsáveis. A escola deverá, de posse do diagnóstico clínico, efetuar o cadastro do estudante no censo escolar. Os professores regentes realizam a avaliação pedagógica para identificar as necessidades educacionais especiais do estudante e, ambos fazem a solicitação do AEE e dos profissionais para o suporte aos estudantes conforme a necessidade e as diretrizes indicadas no Guia de Orientação da Educação Especial na rede estadual de ensino de MG. A partir daí a SRE avalia o pedido, indica e autoriza o professor, se for o caso. O professor, por sua vez, realiza o atendimento de acordo com um plano elaborado especificamente para os alunos especiais.

A cartilha especifica os tipos de necessidades que fazem jus ao atendimento especializado nas escolas e determina quais as funções dos professores para salas multifuncionais, professor de apoio e professor intérprete de Libras. Estabelece ainda a obrigatoriedade dos registros da carga horária e aproveitamento pelo estudante conforme o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) e de acordo com o artigo 59 da LDBEN nº 9394/96. O quadro a seguir aponta os 17 alunos da escola pesquisada relacionando-os aos anos de escolaridade a que pertencem, suas idades e necessidades⁹ transcritas dos laudos para o PDI.

Quadro 3 – Quantitativo aluno/escolaridade/idade/NEE

Ano de escolaridade	Quantidade de alunos	Idade	Deficiência (s) conforme laudo
1º Ano Fundamental	01	06 anos	Síndrome de Down
2º ano fundamental	02	07 anos	Dislexia e Deficiência Intelectual; Autismo
5º Ano Fundamental	03	10 anos	Hiperatividade; Deficiência Intelectual e Dificuldade Auditiva
6ª ano Fundamental	04	Entre 11 e 12 anos	Transtorno Obsessivo Compulsivo; Transtorno Hiperkinético; Hiperatividade; Deficiência Intelectual
7º ano Fundamental	02	13 anos	Deficiências Intelectuais e Atrasos Psicológicos
8º ano Fundamental	03	14 anos	Déficit de Atenção, Atraso Psicológico e Hiperativismo;
9ª ano Fundamental	01	16 anos	Deficiência Intelectual
1º ano Médio	01	16 anos	Transtorno Psicótico

Fonte: Elaborado pela autora com base no PDI arquivado na escola.

⁹ As necessidades transcritas nos laudos são diagnosticadas por psiquiatras, no caso, dos transtornos e por psicólogos no que se refere ao déficit de atenção e deficiências intelectuais após aplicação de testes de habilidade.

A aluna do 1º ano do Ensino Fundamental diagnosticada com Síndrome de Down e um aluno do 8º Ano têm o acompanhamento de um professor de apoio. Existe um professor de apoio específico para esses alunos com o objetivo de acompanhá-los durante todo o horário do turno, incluindo o horário de Educação Física e recreio. Os professores são autorizados pela SEE mediante solicitação em laudos psiquiátricos e/ou neurológicos. O professor de apoio tem como função acompanhar o aluno na turma regular, auxiliá-lo em suas atividades, bem como adaptar as atividades propostas pelo professor regente de forma que o aluno com NEE possa acompanhar os conteúdos aplicados para toda a turma, mesmo que de forma simplificada.

O trabalho na escola com os alunos relacionados no **quadro 03** é diferenciado no sentido de haver atendimentos na Sala de Recursos no contraturno. As aulas no ensino regular seguem, quase sempre, a mesma dinâmica para todos os alunos da sala. No entanto, apesar dessa dinâmica, os relatos dos professores são de que não existe uma comunicação consistente entre professor especializado e o da sala regular. As avaliações nas salas de recursos apresentam resultados mais significativos, enquanto que na sala regular os alunos normalmente não correspondem às expectativas no que se refere às atividades e avaliações. O professor especializado alega não ter tempo suficiente para aprofundar-se na aprendizagem dos alunos, uma vez que atende escalonamentos; e que é necessária à intervenção do professor regular com maior proatividade no que se refere aos conteúdos de cada ano de escolaridade; enquanto o professor regular alega não conseguir sem os recursos necessários e próprios da sala especializada obter bons resultados, nem interesse dos alunos.

Na sala de recursos, normalmente os alunos são avaliados a cada atividade; os professores elaboram relatórios frequentes de seus avanços e/ou retrocessos. A professora dessa sala aplica as atividades necessárias a cada tipo de necessidade educacional especial visando desenvolver habilidades individuais inerentes a cada aluno. São atividades com propósitos de avaliar e aprimorar a coordenação motora, a memorização, o raciocínio lógico, interpretação de imagens e textos, dentre outras.

Na sala regular, mesmo que o professor tenha essa mesma intenção de avaliar individualmente os alunos com necessidades especiais; essa prática torna-se mais desafiadora considerando o número de alunos presentes na sala regular e

ainda a disponibilidade de tempo, recursos e até mesmo a falta de capacitação do professor regular para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais, uma vez que não se trata apenas de intervenções pedagógicas e sim, de um trabalho diferenciado para atender às diferenças sem, contudo, proporcionar desigualdades em sala de aula.

Embora a E.E. Riacho Doce apresente em seu Projeto Político Pedagógico algumas definições do que se pretende com a Educação Inclusiva, não verificam-se propostas ou projetos que diferenciem as aulas regulares do atendimento especializado. Na escola, a Educação Inclusiva é definida como modalidade transversal a todas as etapas de ensino, sendo parte integrante da educação regular; destinada aos alunos com NEE, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação. As definições se mostram presentes nas proposições, identificações, elaborações, organizações e oferta de recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas, em constante articulação com os demais serviços ofertados.

No entanto, o que se percebe na prática, através, inclusive dos relatos dos docentes nas reuniões pedagógicas, é um grande despreparo e insegurança dos professores das turmas em trabalhar com os alunos com algum tipo de necessidade educacional especial, principalmente, alunos com Deficiência Intelectual ou Esquizofrenia. O processo de ensino e aprendizagem para esses alunos fica então comprometido e os resultados internos e externos aquém do esperado e estimado pelas metas pactuadas pela SEE e pela escola.

Torna-se necessário, então, um trabalho melhor direcionado e sistematizado para que as avaliações propostas aos alunos com necessidades educacionais especiais sejam adequadas às suas possibilidades, considerando seus avanços e progressos de aprendizagem, sem, no entanto, padronizar os objetivos em cada avaliação.

Analisando esse cotidiano escolar, a partir de toda a diversidade que ele apresenta com suas realidades e culturas múltiplas, suas necessidades específicas, e ainda considerando as práticas pouco inclusivas e geralmente globalizadas que normalmente são utilizadas em sala de aula, acreditamos serem necessárias

mudanças na prática pedagógica e de gestão na escola estadual em questão; uma vinculação maior entre a realidade social, escolar e cultural.

Salienta-se que os professores e a gestão da Escola Riacho Doce entendem ser um problema grave e sabem da necessidade de se tomar uma medida emergencial e eficaz, revendo suas práticas pedagógicas e visando um trabalho mais democrático e coletivo. No entanto, fazer adaptações curriculares e desenvolver atividades didáticas diferenciadas sem dispor de suporte técnico especializado ou mesmo de um tempo mais flexível nas turmas com alunos que precisam de atendimento especializado não é um processo simples e imediato. Além de readaptar o planejamento e os procedimentos de ensino, é necessário que os educadores olhem para as competências dos alunos, e não apenas para suas limitações.

As salas de recurso equipadas, professores específicos para atender a demanda dos alunos com necessidades educacionais especiais não garantem, por si só, a inclusão desses estudantes. As aulas regulares não acompanham o dinamismo das salas de recurso. O professor da turma tem o grande desafio de flexibilizar o currículo de forma que o aluno possa aprender o que é ensinado a toda a turma, mas de forma significativa e de acordo com suas habilidades e respeitando o seu tempo de aprendizagem. As salas comuns não dispõem dos jogos atrativos, dos computadores adaptados, nem mesmo dos professores capacitados e habilitados especificamente para lidar com diferentes transtornos e NEE.

Possuem-se evidências de que a situação na escola, no que se refere a metodologias diversificadas e eficientes na prática da inclusão, não têm sido eficazes; exemplo disso seria a análise dos resultados das avaliações internas dos alunos que são atendidos na sala de recursos. Tais resultados apresentam-se insatisfatórios e sempre abaixo da média pelos professores do ensino regular, entretanto, esses mesmos alunos apresentam resultados satisfatórios explicitados pela professora da AEE.

Considerando que na sala de recursos as avaliações são menos sistemáticas, ou seja, apresentam uma característica mais lúdica, uma intencionalidade de socialização, interação e apropriação de habilidades individuais, e ainda que, nesse ambiente, não advém uma necessidade de se obter rendimento ou registros de notas; constatamos que a dificuldade da sala regular nesse aspecto de avaliação é

bastante desafiadora, uma vez que exige-se mais de ambas as partes, aluno e professor.

As atividades desenvolvidas na sala de recursos pelo aluno são diferenciadas das que o mesmo desenvolve em sala de aula. Nesse caso, não existe inclusão, pois não há aprendizagem efetiva nas salas regulares, assim como também não há sociabilidade e estímulo para ambas as partes, professor e aluno. As atividades elaboradas tanto pelo professor regular como pelo professor da sala de recursos deveriam contemplar os conteúdos propostos, comungando entre si, de forma que os alunos consigam solucioná-las e obterem resultados satisfatórios de acordo com o planejado e ainda considerando o PDI, que detalha as possibilidades, avanços e retrocessos dos alunos com necessidades educacionais especiais em cada disciplina e nível de escolaridade.

Nesse sentido, procuraremos entender essa sistemática diferenciada nos dois ambientes de aprendizagem frequentados pelos alunos com NEE; bem como os motivos que caracterizam melhor rendimento e interesse por parte desses nas salas multifuncionais, no atendimento diferenciado e individualizado; e, ainda as possibilidades de na sala regular haver atendimento satisfatório no nível e ritmo de aprendizagem que os alunos com laudos necessitam.

1.3.3 A questão da Inclusão a partir das discussões em reuniões pedagógicas

Apresentam-se a seguir relatos de professores da escola que manifestam seus anseios e dificuldades em relação ao problema apresentado. Tais relatos são apresentados, nesse momento, como reforço das evidências do problema que é a inclusão real em turmas regulares dos alunos com NEE.

A partir das discussões constantes nas reuniões pedagógicas, conselhos de classe e até mesmo em conversas informais na escola, são abordadas com o intuito de evidenciar as questões discutidas, opiniões de alguns professores diretamente envolvidos no processo de aprendizagem dos NEE e que frequentam as salas de recursos e as salas regulares. Os relatos foram coletados por escrito em uma reunião pedagógica após questionamentos realizados pela gestão sobre o trabalho de inclusão dos NEE em sala de aula.

O primeiro relato é da professora da sala de recursos. Ela tem formação em Psicologia e experiência com diversas necessidades intelectuais e transtornos globais:

Percebo imensos desafios em incluir os alunos com necessidades especiais, uma vez que, muitos deles ainda estão em fase de alfabetização, alguns têm muita dificuldade ou até mesmo simplesmente não conseguem reter os conhecimentos adquiridos; enquanto outros têm essa capacidade reduzida, não conseguindo alcançar mais do que operações e informações simples da linguagem tanto alfabética, quanto numérica. Essa realidade tão presente em nosso cotidiano, aqui na escola, torna muito difícil que tais alunos possam, de fato, acompanhar a turma regular. Outro grande desafio é a produção de atividades simplificadas e adequadas tanto ao conteúdo trabalhado pelos professores com a turma regular, como atender à necessidade específica de cada aluno. E ainda que consigamos realizar tais adaptações, tem ainda a dificuldade do próprio professor em sala que precisa atender os demais alunos e ao mesmo tempo dar atenção especial aos que necessitam. Em algumas turmas da escola, esse trabalho é mais complicado, uma vez que nelas estão presentes mais de três alunos com necessidades diferenciadas. No momento de explicação de determinada matéria, o aluno consegue acompanhar e interagir, porém, quando há realização de atividades em salas, os mesmos são conduzidos a conteúdos totalmente desvinculados do planejamento da aula regular. (PROFESSORA DA SALA DE RECURSOS)

Percebe-se, através desse relato, que a professora da sala de recursos considera ser a inclusão um grande desafio. Considerando que é uma profissional especializada e preparada para trabalhar especificamente com alunos com necessidades especiais. Entendemos que tal situação deve-se ao fato de outros fatores interferirem em sua prática, como por exemplo, o pouco apoio dos professores regulares nas proposições das atividades inerentes e coerentes às realidades individuais dos alunos com necessidades específicas. Diz ser muito difícil para os alunos com NEE acompanharem a turma regular.

Nesse caso, as atividades e estratégias de aulas devem ser diferenciadas e adequadas aos ritmos e especificidades de cada criança, principalmente, quando se trata de criança portadora de alguma NEE. A professora da sala de recursos relata ainda ter dificuldades em produzir atividades diferenciadas e adequadas ao nível de cada aluno da sala de recurso em consonância com o conteúdo trabalhado na sala regular, principalmente em turmas com um número maior de alunos com NEE.

Verifica-se a necessidade de que as situações oferecidas em sala de aula para que o conteúdo torne-se mais compreensível tenha alguns ajustes feitos pelo professor regular para favorecer a clareza e assimilação do assunto em questão; favorecendo assim a aprendizagem.

É fato que para a implementação de uma política de inclusão no espaço escolar realmente eficaz, é preciso ressaltar que os alunos com NEE, considerando suas necessidades específicas, necessitam de recursos diferenciados e apropriados, estratégias e ações para que o seu direito à educação seja assegurado. Essas estratégias pedagógicas são atividades inclusivas, que objetivam construir oportunidades reais de aprendizagem para todos os alunos; possibilitando uma interação de todas as crianças em sala de aula, considerando as peculiaridades dos alunos e suas diversas formas de aprender.

Outro relato é da professora da turma do 5º Ano, graduada em Pedagogia e com alguns cursos em AEE. A professora revela que:

A presença de alunos com necessidades especiais é uma realidade para a qual a escola não mais pode fechar os olhos. Promover uma aprendizagem significativa para os alunos com deficiências é um desafio que acabam ganhando grandes proporções, pois as escolas não contam com recursos pedagógicos adaptados, ou quando existem não sabemos como utilizá-los. Infelizmente o despreparo dos professores é um dos principais problemas para que a inclusão aconteça realmente. A proposta da Educação atual ainda não oferece e nem garante uma aprendizagem satisfatória, pois os alunos são avaliados independente de suas necessidades especiais. As metodologias e avaliações utilizadas no ensino regular deveriam ser revistas no processo de inclusão. (PROFESSORA DO 5º ANO)

A autora desse relato é professora dos anos iniciais, regente de turma. Trabalha com os alunos quase todo o período do turno, com exceção da aula de Ed. Física. Mesmo dispondo de um tempo maior com os alunos se compararmos com os professores regentes de aula que trocam de turma a cada 50 minutos, a professora relata ser um grande desafio trabalhar com alunos com NEE e que os recursos pedagógicos que a escola dispõe não são suficientes ,e muitas vezes não sabe utilizar os que existem. Destacou que a falta de formação dos professores é um dos principais problemas para a inclusão na escola.

Interessante pensarmos nessa prática de regente de turma, uma vez que dispõe de um tempo bastante significativo com os alunos em sala de aula. São 04

horas e 30 minutos por dia. A relação professor x aluno, nesses casos, normalmente é mais estreita e a proximidade gera um relacionamento afetivo e de mais intimidade. Percebe-se, com esses professores das séries iniciais, um envolvimento maior com os alunos, se compararmos aos professores regentes de aula. Enquanto os professores regentes de disciplinas assumem muitas turmas, em modalidades de ensino diferentes; com apenas 50 minutos em cada turma o que dificulta a proximidade aluno x professor.

Quando a professora revela que a escola não dispõe de equipamentos adequados ou se possui diversas vezes os professores não sabem lidar com eles; remete-nos a uma reflexão sobre as responsabilidades e atribuições do Estado, da escola e da iniciativa do próprio professor. Percebemos, na Escola Riacho Doce, uma dificuldade grande dos professores em utilizarem os equipamentos tecnológicos: Lousa digital; projetor de mídia; computadores, etc. Tal perspectiva provavelmente influencia nas elaborações de atividades diferenciadas e atrativas e, conseqüentemente, na utilização dos recursos que são disponibilizados pela SEE.

Não ocorrem capacitações periódicas dos docentes para o uso de equipamentos multimídias e tecnologias assistivas. Os professores que se interessam procuram aprender através de manuais, vídeos explicativos, ou buscam auxílio de um colega. Normalmente, os equipamentos são de fácil manuseio, mas o tempo gasto para a ligação de cabos, conexão e instalação nas salas e o fato de não ter um profissional para esse fim dificulta e diminui a utilização desses recursos em sala de aula. Considerando, inclusive, que não existem salas ambiente e que a duração do módulo aula é de apenas 50 minutos.

O próximo relato é da professora de Língua Portuguesa das séries finais do Ensino Fundamental; com formação em Letras, Pedagogia e nenhuma formação em Educação Especial. Segundo ela:

Tem sido muito comum a inclusão de crianças com necessidades especiais no Ensino Regular e, isso, embora seja louvável, tem trazido muitas dificuldades para os professores, tais como: - não ter formação adequada para lidar com essas crianças; - falta de material adaptado para desenvolver atividades individualizadas, uma vez, que o planejamento deve ser diferenciado; - indisciplina, por parte de muitos, já que não se envolvem ou se interessam pelas aulas. (PROFESSORA DE LÍNGUA PORTUGUESA)

A professora de Língua Portuguesa destaca a falta de formação dos professores e ausência de material adequado para desenvolver atividades diferenciadas como principais problemas de inclusão na escola. Relata que a inclusão tem se tornado comum no Ensino Regular. Percebemos que a professora refere-se ao número de matrículas que a escola recebe de alunos com NEE e não à inclusão de métodos e estratégias para a aprendizagem desses alunos.

No caso da Escola pesquisada, são 17 alunos com laudos em menos de 300 matrículas. Um número bem significativo considerando que não é a única escola no município que oferece sala de recursos.

Os alunos que antes frequentavam apenas as Associações de Pais e Amigos de Excepcionais, (APAEs), estão atualmente buscando os seus direitos e procurando a escola regular. O aluno tem direito a educação regular seja qual for a sua necessidade: física, psíquica ou psicológica. A escola regular deve adaptar-se às suas necessidades oferecendo espaço físico adequado e professores especializados, inclusive professor de apoio individual, no caso de Necessidades Especiais Múltiplas.

Podemos perceber que os professores da sala regular reivindicam apoio do professor especializado, uma vez que esse tem formação específica para lidar com NEE diversas, já o professor de apoio sente-se sobrecarregado e com pouco apoio do professor regular.

O discurso dos demais professores não se difere dos apresentados acima, salvo alguns que se desdobram e usam além de conhecimento e praticidade, uma sensibilidade necessária a tal situação, ou seja, uma preocupação em trabalhar necessidades específicas e habilidades individuais; desenvolvendo um trabalho com atividades pré-selecionadas e em conjunto com o professor da sala de recursos. O trabalho em conjunto consiste na elaboração de uma pasta com sugestões diversas, em que os professores do ensino regular podem selecionar, de acordo com suas disciplinas e conteúdos, as atividades mais adequadas a cada situação e a cada aluno.

Diante do exposto, citamos um trecho de Figueiredo (2008) em seu artigo “*A escola de Atenção às diferenças*”, o qual discute a questão da articulação entre o ensino comum e o especializado:

De acordo com a nova Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva os sistemas de ensino devem se organizar para oferecer a TODAS as crianças, não somente o acesso e a permanência na escola, mas também, os serviços educacionais que forem necessários para garantir a aprendizagem escolar. A articulação entre o ensino comum e a educação especial, sobretudo através do atendimento educacional especializado, deve visar sempre à aprendizagem dos alunos que se beneficiam desse serviço. Transformar a escola significa criar as condições para que TODOS os alunos possam atuar efetivamente nesse espaço educativo focando as dificuldades do processo de construção do conhecimento para o ambiente escolar e não para as características particulares dos alunos (FIGUEIREDO, 2008, p. 5-6).

O anseio dos professores é bem compreensível; torna-se importante oportunizar momentos de diálogos nesse sentido para que as opiniões, experiências, atividades sejam compartilhadas. O contato entre os professores da sala de recursos e os professores regulares é de fundamental importância para um consenso sobre o ensino adequado para os alunos com NEE, criando-se desta forma condições, dentro do espaço escolar, para as dificuldades no processo de ensino e aprendizagem sejam minimizadas.

A Resolução nº 4/2009 apresenta várias atribuições do professor da sala de recursos, dentre as quais cita o trabalho colaborativo com a sala de aula regular:

Estabelecer a articulação com os professores da sala de aula comum e com demais profissionais da escola, visando à disponibilização dos serviços e recursos e o desenvolvimento de atividades para a participação e aprendizagem dos alunos nas atividades escolares; bem como as parcerias com as áreas intersetoriais (BRASIL, p. 5)

Nessa perspectiva, após conhecermos a realidade da escola, projetos que desenvolve, população que atende, documentos que a regulamentam e orientam; discutiremos a atuação da gestão frente aos desafios da inclusão, bem como as opiniões dos principais atores envolvidos nesse processo, ou seja, os alunos com NEE e os professores de sala regular e especializada.

2 PENSANDO A ATUAÇÃO DA GESTÃO DA ESCOLA ESTADUAL RIACHO DOCE FRENTE AO DESAFIO DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

No capítulo anterior trouxemos reflexões sobre as legislações que ressaltam a importância e necessidade de uma educação inclusiva de qualidade, não apenas como direito a acesso, mas com garantias de estrutura física e humana nas escolas para um atendimento realmente adequado, destacando as ações desenvolvidas no Estado de Minas Gerais. Discutimos ainda as legislações vigentes, contextualizando-as num breve histórico da educação inclusiva nacional, destacando programas e ações da SEE de Minas Gerais para implementação e cumprimento das citadas leis.

Descrevemos a Escola Estadual Riacho Doce; apresentamos os projetos internos e externos desenvolvidos pela escola, dando ênfase aos alunos com necessidades educacionais especiais matriculados nessa escola.

A partir dos embasamentos teóricos, relatos de professores e análises prévias do atendimento, das informações constantes nas fichas de matrículas e dos documentos elaborados separadamente para os alunos NEE contendo informações importantes sobre suas trajetórias escolar e familiar, percebemos a necessidade de um estudo mais aprofundado no que se refere ao atendimento educacional inclusivo, principalmente nas turmas regulares de ensino, que nos direcionem a questões relevantes acerca do atendimento diferenciado, com atividades inerentes às potencialidades e habilidades individuais.

Este capítulo tem a intenção de propor uma discussão teórica a partir de alguns autores que discutem a educação inclusiva nas turmas regulares, tendo as salas multifuncionais como apoio de aprendizagem; apresentar um percurso metodológico a fim de verificar incoerências ou necessidades de adaptações no processo de inclusão da escola Riacho Doce e, finalmente, a análise dos dados produzidos retomando os referenciais teóricos abordados.

2.1 Desafios de uma educação inclusiva em uma escola de campo

Apresenta-se a seguir o aporte teórico adotado para repensar a educação inclusiva em uma escola regular, considerando práticas pedagógicas utilizadas e direcionadas aos alunos com necessidades educacionais especiais em dois ambientes da escola: a sala regular de ensino e a sala multifuncional de recursos.

Figueiredo (2008) traz importantes reflexões sobre a educação inclusiva nesses dois ambientes de aprendizagem na escola e enfatiza a necessidade da aprendizagem na rede regular de ensino:

A concretização da política de inclusão se expressa pela criação de salas multifuncionais nas escolas públicas brasileira, por uma política de formação de professores em Atendimento Educacional Especializado voltado para o atendimento das crianças nessas escolas, bem como, pela transformação das práticas pedagógicas e da gestão escolar nas redes de ensino. Deste modo, o desafio de escolarizar todas as crianças no ensino comum, não é tarefa da educação especial, mas das redes públicas de ensino. (FIGUEIREDO, 2008, s/p)

A escolarização das crianças na rede regular de ensino envolve uma série de adaptações no ambiente escolar de forma a proporcionar a aprendizagem. A partir do momento que se obtém matrículas de alunos público alvo da Educação Inclusiva, várias modificações precisam ser efetuadas na escola tanto na parte física como, principalmente, nos aspectos pedagógicos.

Nesse sentido, Glat (2011) descreve a inclusão em escola regular como necessária, porém desafiadora; vários sujeitos fazem parte desse processo que é, além de político, institucional.

A transformação de uma escola tradicional em uma escola inclusiva é um processo político pedagógico complexo, que envolve atores (professores e alunos, e suas famílias) e cenários (escolas diferentes inseridas em diferentes comunidades) reais, e não basta para isso ter vontade política e disponibilizar recursos financeiros e /ou materiais. (GLAT, 2011, p.3).

Ainda segundo Glat (2011), a escola é uma instituição social a que todos têm direito de acesso e permanência e que o ensino deve ser de qualidade independente de quaisquer características pessoais que os alunos possam ter.

Sob essa ótica, Glat (2011) diferencia de forma bastante clara *deficiência* de *Necessidades educacionais especiais*. Relata que, embora sejam palavras usadas como sinônimas, a primeira relaciona-se basicamente a condições orgânicas do indivíduo, enquanto a segunda relaciona-se à interação com a realidade educacional do aluno.

A autora afirma que :

De acordo com a proposta de Educação Inclusiva, independente da causa das necessidades educacionais especiais apresentadas pelo aluno, se a escola se organizar e desenvolver adaptações curriculares adequadas às necessidades educacionais especiais do educando podem ser transitórias e ele obter sucesso escolar. (GLAT, 2011, p.6)

Nessa perspectiva, procura-se analisar práticas pedagógicas na escola pesquisada, reconhecendo a importância de adaptações estruturais e curriculares para o êxito na inclusão de alunos na escola.

Buscando um melhor entendimento sobre a educação inclusiva numa realidade como a da escola pesquisada, apresentamos ainda relevantes considerações teóricas sobre a questão em Escolas do Campo, peculiaridade da Escola Riacho Doce, atentando para suas dificuldades e os direitos legais conquistados no decorrer dos anos.

Reconhecer os direitos das pessoas que vivem no campo a uma educação de qualidade, mesmo que diferenciada, numa perspectiva de especificidades sem, contudo, negligenciar os conteúdos curriculares básicos necessários é uma questão de respeito. Sendo assim, segundo sublinha o professor Miguel Arroyo (2006,p.9) a Educação do Campo torna-se “repensada e desafiante”, conceituando uma nova base de organização para a educação,sendo esta também inserida nas discussões das políticas públicas estaduais e nacionais, através de documento legais que especificam os direitos da população do campo à educação inclusiva.

As escolas rurais têm conquistado com muito esforço, no decorrer dos anos, direitos inerentes às suas peculiaridades e necessidades. Faz-se necessário, então, discutir essa questão seguindo por um viés de luta pela inclusão no sistema social e educacional.

A SEE de Minas Gerais adota medidas no intuito de garantir uma educação inclusiva em todas as escolas regulares. Além da já citada cartilha para pais,

estudantes e profissionais da educação que é utilizada para os procedimentos com alunos especiais, com orientações diversas sobre o funcionamento e direitos desses alunos, ocorre à adequação dos espaços físicos para acessibilidade e contratação de professor especializado como o AEE, professor intérprete e professor de apoio.

As Escolas do Campo também estão incluídas nessa normatização. Podem organizar toda a documentação, laudos, relatórios, planilhas de engenharia e preparar o processo para solicitarem apoio, tanto com relação à estrutura e recursos físicos quanto recursos humanos.

A cartilha elaborada pela SEE, também utilizada nas Escolas do Campo, reúne informações sobre a Política Estadual de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão e tem por objetivo ampliar a compreensão sobre os direitos e atendimentos oferecidos aos estudantes com NEE, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas da rede estadual de Minas Gerais. A citada cartilha resume as principais normas, diretrizes e orientações sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas públicas do Estado. Orienta pais e familiares sobre procedimentos sobre matrículas e caracteriza cada NEE relacionando-a com os direitos a atendimentos diferenciados.

Percebemos, entretanto, que educar em uma perspectiva de educação inclusiva é muito mais do que se aprende nos cursos de aperfeiçoamento e especialização. A prática exige, além do conhecimento teórico, a sua articulação com a prática e o desenvolvimento de atitudes comprometidas e sensíveis à questão da deficiência. Figueiredo (2008) traz uma importante reflexão sobre a gestão da sala de aula na escola das diferenças:

(...) eficazes à diferença de aprendizagem dos alunos, considerando o desenvolvimento dos mesmos como prioritário. A prática da inclusão implica o reconhecimento das diferenças dos alunos e a concepção de que a aprendizagem é construída em cooperação a partir da atividade do sujeito diante das solicitações do meio, tendo o sujeito de conhecimento como um sujeito autônomo (FIGUEIREDO, 2008, p.10).

É notório que a parceria, o diálogo, o trabalho coletivo proporcionado pela escola são fundamentais no processo de inclusão. O respeito às capacidades e a valorização das habilidades de cada um fazem toda a diferença no tratamento dos

alunos com necessidades educacionais especiais como capazes e construtores de seus próprios destinos.

O planejamento dos professores da sala regular deve priorizar as diferenças, buscando meios para que os alunos com NEE possam interagir e aprender com as atividades. Importante destacar que diferenças não são desigualdades. É possível oportunizar aos alunos atividades que possibilitem seu desenvolvimento e progresso na vida escolar, considerando que esses precisam ser reconhecidos por suas habilidades, potencialidades e ritmos de aprendizagem.

Mantoan (2008), em seu artigo “Políticas e marcos legais para uma Educação Inclusiva”, publicado na revista Salto para o Futuro – Escola de Atenção às diferenças, reforça essa questão: pode ser que seja mais cômodo para os professores se eximirem da responsabilidade de planejamento eficaz e diferenciado para os alunos com NEE, deixando essa tarefa exclusivamente para o professor da sala de recursos:

Ao retirar das turmas comuns os alunos com e sem deficiência, que colocam em xeque o modo como planejam e executam seus planos de ensino, os professores se eximem da responsabilidade de buscar os motivos pelos quais esses alunos não atendem às suas exigências educacionais, equivocando-se ao considerar essas exigências como as que caracterizam um ensino de qualidade. E, então, admite-se o fracasso escolar do aluno na escola, quando seria o caso de se examinar as razões do fracasso da escola diante do insucesso dos alunos (MANTOAN, 2008, p.15).

Nessa mesma perspectiva, Arroyo (2010) salienta que ignorar os coletivos, vítimas das desigualdades e, vê-los apenas como destinatários das políticas termina por desvalorizar a visão do Estado e as análises de suas políticas e instituições. Os “desiguais” não podem ser vistos como pessoas que simplesmente necessitam de assistência do Estado. Vale dizer que os direitos adquiridos, conquistados para uma inserção nas redes públicas são justos e tardios, porém, as instituições têm um papel muito mais importante do que cumprir a lei de aceitação. É preciso, acima de tudo, comprometimento com as crianças e jovens que, por uma limitação ou outra necessitam de um olhar diferenciado e sensível e respeitoso, não como piedade ou caridade, mas como reconhecimento de pessoa humana, capaz de se posicionar e se relacionar com o mundo que também os pertence.

Sendo assim, numa visão, não só humanista, mas principalmente, legalista, citamos novamente a Declaração de Salamanca (1994) que apresenta meios mais eficazes para uma educação inclusiva:

O desenvolvimento das escolas inclusivas, enquanto meio mais eficaz de atingir a educação para todos, deve ser reconhecido como uma política - chave dos governos e ocupar um lugar de destaque na agenda do desenvolvimento das nações. É unicamente desta forma que se poderão obter os recursos necessários, pois as mudanças de política e as prioridades não podem ser efetivas a não ser que se disponibilizem esses mesmos recursos. É preciso um compromisso político, tanto a nível nacional como comunitário, para obter os recursos adicionais e para reorientar os já existentes. Embora as comunidades tenham de representar um papel - chave no desenvolvimento das escolas inclusivas é igualmente essencial o suporte e encorajamento dos governos para se conseguirem soluções eficazes e realistas. (UNESCO, 1994, p. 41)

As escolas especiais, criadas especificamente para alunos com necessidades especiais diferem-se de escola inclusiva, pois estas têm por objetivo oportunizar aprendizagem em escolas comuns; com oportunidades de desenvolvimento e superação de dificuldades possibilitando ao aluno sua inserção no meio social em que vive. Citamos, para tanto, as ideias de Glat (2011) que defende uma educação inclusiva em salas comuns, com práticas pedagógicas diversificadas e articuladas entre professores viabilizando um planejamento coletivo e diferenciado:

Por isso que a Educação Inclusiva não significa a descontinuidade da Educação Especial, muito pelo contrário. Seu campo de atuação só se amplia, pois a Educação Especial, não é mais concebida apenas como atendimento direto ao aluno com deficiência em espaços diferenciados. A Educação Especial passa a ter como uma de suas principais atribuições viabilizar o processo de inclusão de alunos com determinados tipos de necessidades especiais no ensino comum, através do suporte e articulação com os professores da escola regular. [...] Entretanto, na realidade cotidiana de nossas escolas, esta articulação, com raras exceções, continua não acontecendo. Como já mencionado, pesquisas mostram, que os alunos com deficiências passam ao largo do que acontece na turma comum, e na grande maioria dos casos eles continuam sendo considerados "responsabilidade da Educação Especial" (GLAT, 2011, p.9).

A prática da educação em escola inclusiva vai muito além de aceitação de matrícula dos alunos com NEE. É preciso garantir a permanência desses e com

qualidade; possibilitando-os aprendizagens e progressões nos estudos. Glat (2011) ressalta os desafios no cotidiano das escolas regulares, mas defende a aprendizagem e progressão na classe comum.

Uma escola inclusiva de qualidade se preocupa em oferecer práticas pedagógicas planejadas e sistemáticas, que levam em conta as especificidades dos alunos e a sua interação em sala de aula. Desta forma, é possível se viabilizar a escolarização de alunos com diferentes necessidades educacionais especiais mesmo no contexto de uma classe comum (GLAT, 2011, p. 9).

As práticas pedagógicas bem planejadas e dinâmicas, buscando sempre uma interação entre os alunos e considerando as especificidades de cada um contribuem para um ambiente de aprendizagem mais propício e favorável.

Glat (2011) esclarece as condições necessárias para uma escola inclusiva:

Para uma escola tradicional se tornar inclusiva, ela tem que transformar sua organização, sua estrutura, suas práticas pedagógicas e curriculares, adequar seus espaços e recursos materiais, e sobretudo, capacitar seus professores para atender à diversidade do alunado que agora nela ingressa (GLAT, 2011, p.3).

A autora, entretanto, descreve alguns desafios que norteiam a inclusão nas escolas, pois, além da garantia de acesso e permanência, é preciso o reconhecimento das diferenças e um trabalho direcionado para a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais.

A Escola Riacho Doce, embora tenha atendimento na sala de recursos e professor de apoio a alguns alunos, precisa reformular sua prática no que se refere à Educação inclusiva. Uma melhor adequação do espaço, revisão e reestruturação em sua proposta pedagógica, projetos direcionados à convivência família/escola e ainda um trabalho de preparação e formação continuada para os professores ; são possibilidades de adequação do ambiente escolar que podem favorecer a inclusão. Ainda segundo Glat (2011):

A proposta de Educação Inclusiva é pautada em dois conceitos chave: “educação para a diversidade” e atenção às necessidades educacionais especiais de cada aluno. Em outras palavras, para que a escola cumpra, de fato, sua função de acolher e ensinar a todos os alunos, as características individuais que anteriormente eram vistas

como sinais de impossibilidade ou dificuldade para aprendizagem, precisam ser consideradas como dados ou informações relevantes para que se faça a adequação do ensino ao aluno (GLAT, 2011, p.4).

Importante destacar essa visão de que as escolas precisam se transformar e se adaptar para o atendimento inclusivo. Os alunos apresentam NEE, especificidades, individualidades e possibilidades diversas, o professor deve considerar todas essas questões no processo de ensino e aprendizagem do aluno. Ainda citando Glat (2011):

[...] a escola é que precisa se adaptar para atender aos alunos e não esses que têm que se adaptar à escola. E não há alternativa! Este é o substrato da Educação Inclusiva: se não houver adequação da proposta curricular e das práticas, métodos e recursos pedagógicos às necessidades educacionais especiais dos alunos, não haverá possibilidade de aprendizagem (GLAT, 2011, p.8).

Reforçando essa concepção de educação inclusiva nas escolas, como necessidade de transformação dos ambientes escolares para um trabalho direcionado e eficaz, trazemos a colaboração de Figueiredo (2008):

Uma política de vanguarda não garante a acessibilidade aos saberes escolares se não houver uma verdadeira transformação no interior da escola. Faz-se necessário concretizar no cotidiano dessa instituição o que já está assegurado por lei. Não basta garantir a acessibilidade, é preciso criar as condições para que a escola se transforme em espaço verdadeiro de trocas que favoreçam o ato de ensinar e aprender. Neste sentido nosso país ainda tem um importante caminho a percorrer para assegurar educação a todos os jovens, crianças, adultos e adolescentes que integram o sistema público de ensino (FIGUEIREDO, 2008, s.p).

Dessa maneira, buscando compreender a educação de crianças e jovens com NEE numa Escola do Campo, que já apresentou consideráveis avanços em termos de conscientização, aceitação e parcerias, propusemo-nos a analisar documentos específicos que norteiam a Escola Estadual Riacho Doce, dados constantes nas fichas de matrículas, no PDI, na Proposta Político Pedagógica da Escola e em outros documentos que contribuem para a organização pedagógica e administrativa da escola no que se refere ao atendimento dos alunos com NEE.

2.2 Delineamento metodológico

Para coleta dos dados, com o objetivo de analisar as ações gestoras da Escola Riacho Doce, no que tange às percepções e práticas inclusivas, considerando as especificidades de uma Escola do Campo e propor intervenções para melhoria do processo inclusivo em toda a escola, numa perspectiva de resultados, frequência e nível de satisfação dos alunos, destacamos os diferenciais nessas aulas, em aspectos como planejamento e formação do professor, materiais disponíveis, inclusive tecnologias assistivas e materiais didáticos apropriados e adaptados.

Utilizou-se, para isso, a análise de documentos que norteiam a educação especializada na escola em questão. Destacamos a proposta político pedagógica, a cartilha para Educação Inclusiva e o PDI elaborado para cada aluno matriculado portador de laudo. Essa seleção foi feita considerando que são esses os documentos oficiais que subsidiam a análise da prática inclusiva na escola pesquisada, enfatizando a importância da sala de recurso, do professor especializado e das dinâmicas diferenciadas e inclusivas nas turmas regulares.

Nessa perspectiva, no intuito de entender melhor como ocorre na prática à educação inclusiva na Escola Estadual Riacho Doce, propôs-se ainda, entrevistas com os principais envolvidos para, a partir de então, proceder à análise dos fatos e atitudes e, ainda, descrever quais pontos seriam frágeis e possíveis de mudanças e acertos.

Os profissionais entrevistados foram professores que atuam diretamente com alunos com NEE. A professora EMMP, que atua na sala de recursos e o professor de História FGF que atua em todos os anos de escolaridade que possui alunos com NEE.

Os 03 alunos que participaram da entrevista E, G e N são matriculados na sala de recursos e são de anos de escolaridade diferentes. E frequenta o 7º ano; G é aluno do 8º ano e N é aluna do 1º ano médio.

Diante do exposto, consideramos a presente pesquisa como qualitativa¹⁰; utilizando a partir de um estudo de caso, técnicas de pesquisa como relatos e

¹⁰ A pesquisa qualitativa está mais relacionada no levantamento de dados sobre as motivações de um grupo, em compreender e interpretar determinados comportamentos, a opinião e as expectativas dos

entrevistas com roteiros semiestruturados aos diversos atores que compõem o cenário da escola Riacho Doce no que se refere à Educação inclusiva.

2.2.1 Entrevistas

Para melhor entendimento de todo esse processo de pesquisa, foram realizadas cinco entrevistas: uma com o professor regular, outra com o professor da sala de recursos e as demais com os alunos com necessidades educacionais especiais, portadores de laudos médicos e que frequentam os dois ambientes que a escola proporciona.

Nas entrevistas com os professores foram abordados assuntos relevantes como nível de formação pedagógica, se possui ou não formação continuada ou cursos específicos para a educação especial, tempo que trabalha nessa função, abordagem sobre a rotina de trabalho do professor, organização e planejamento de suas aulas. Questões sobre dificuldades, desafios e apoios encontrados nos ambientes internos e externos à escola, apontamentos sobre avaliações, resultados, indisciplina e outros assuntos inerentes à educação inclusiva na escola pesquisada.

Na entrevista feita com os alunos NEE, as questões abordadas foram sobre idade, ano de escolaridade, e se já houve repetência em algum ano; diferença e descrição entre os ambientes que frequenta na escola, ou seja, a sala regular e a sala de recursos. Questões relevantes sobre atividades que realiza, apoios que recebe dos professores, colegas e família.

Pretendeu-se, com o uso dos instrumentos de pesquisa citados, conhecer a funcionalidade e eficácia das atividades diferenciadas nos dois ambientes frequentados pelos alunos na escola.

indivíduos de uma população. É exploratória, portanto não tem o intuito de obter números como resultados, mas *insights* - muitas vezes imprevisíveis - que possam nos indicar o caminho para tomada de decisão correta sobre uma questão-problema. Os recursos mais usados na pesquisa qualitativa são as entrevistas semiestruturadas em profundidade, observação em campo. Disponível em: <<https://www.institutophd.com.br/pesquisa-quantitativa-e-pesquisa-qualitativa-entenda-a-diferenca/>>. Acesso em: 30 set. 2017.

2.3 Análise da realidade da Escola Riacho Doce a partir de pesquisas de campo

Apresentamos a seguir análises de documentos importantes ao funcionamento da escola como; ficha de matrícula, PPP, PDI, e a Cartilha da Educação Inclusiva.

2.3.1 Análise da pesquisa documental

Importante destacar que, em um primeiro momento de pesquisa, propusemos a fazer uma análise da ficha de matrícula da escola, que consiste em um documento preenchido no ato da matrícula com informações dos pais ou responsáveis. Percebe-se uma padronização: uma única ficha para todas as matrículas, independente do nível de escolaridade ou modalidade de ensino. Na ficha verificam-se campos específicos para informações importantes. São perguntas simples e básicas, tais como se o aluno faz uso de medicamentos contínuos, se tem algum tipo de alergia, se recebe bolsa família, endereço, telefone, nome dos pais ou responsáveis, profissão dos pais e ano de escolaridade em que será matriculado. Não especifica informações de patologias ou tratamentos psicológicos e ou/psiquiátricos. Não existem campos de informações mais específicos sobre as necessidades especiais de acessibilidade, alimentação ou cuidados especiais.

Como o aluno passa parte significativa de seu tempo na escola, seria interessante e, talvez necessário, que dados mais sistematizados e detalhados, compusessem a ficha de matrícula da escola. Um instrumento que hoje é meramente burocrático poderia ser mais funcional e prático.

Percebe-se uma necessidade de reelaboração ou revisão do PPP pela equipe gestora considerando um registro mais organizado dos dados coletados na ficha de matrícula. Uma forma de garantir que os alunos tenham seus direitos e necessidades atendidos; uma vez que pode auxiliar a gestão da escola em questões simples como alimentação, reações alérgicas e outras particularidades de cada criança.

Analisando a proposta Político Pedagógica da Escola Riacho Doce, já apresentada no primeiro capítulo, ressaltamos pontos positivos e outros falhos no

que se refere à inclusão na escola. O Projeto Político Pedagógico é um documento de ordem obrigatória que apresenta a escola contemplando sua realidade contextual. Através desse documento, a escola pode prever atendimentos em níveis diferenciados com autonomia para definição de ações que visem a melhoria do rendimento pedagógico da escola; ponto favorável.

Percebemos, entretanto, que a proposta atual não contempla com clareza a inclusão dos alunos nas turmas regulares, assegurando aos mesmos atendimentos diferenciados de acordo com suas necessidades específicas sendo este um ponto falho. Embora já defina a criação e o funcionamento da sala de recursos como apoio aos alunos com NEE, faz-se necessário, no entanto, uma melhor articulação entre os atores envolvidos nesse processo, ou seja: gestão, professores, pais e alunos, para que haja melhor sistematização das ações e projetos da escola contemplando a inclusão de todos, principalmente nas turmas regulares de ensino.

Vale destacar como importante documento, também de ordem obrigatória na escola, o Plano de Desenvolvimento Individual, já apresentado no **capítulo 1**. Tal plano contempla aspectos relevantes da vida do aluno, inclusive no que se refere às suas habilidades e capacidades. O aluno deve ser avaliado, reavaliado e o planejamento é elaborado, com estratégias específicas, levando-se sempre em consideração as aptidões e respeitando suas limitações. Cumpre ressaltar que o PDI é específico de cada aluno sem comparações com os demais.

Na escola pesquisada, constatamos a existência do documento elaborado para cada aluno com laudo. Percebemos, entretanto, que a supervisora e a professora AEE são as que mais se responsabilizam e se comprometem com a escrita do documento. Verificamos a necessidade de que os professores das demais disciplinas relatem as dificuldades, não apenas de forma superficial, mas com sinais de progressos e/ou retrocessos durante todo o processo de ensino e aprendizagem.

Analizamos ainda como documento importante na inclusão escolar a Cartilha sobre Inclusão, organizada pela SEE apontando passos para a sistematização da inclusão do aluno com NEE desde o ato da matrícula. Definindo as atribuições dos pais, da gestão e dos professores; percebemos, contudo, uma limitação no sentido de apenas informar e categorizar funções. Não é um documento preparatório com orientações específicas para o planejamento das aulas.

Os documentos analisados são de ordem obrigatória ao funcionamento da escola no que se refere ao atendimento aos alunos com NEE.

2.3.2 Análise das entrevistas aos alunos com NEE

Para maior fundamentação e coleta de dados, entrevistamos alunos com NEE que frequentam a sala regular e sala de recurso no contraturno. Os alunos foram entrevistados com autorização dos pais e responsáveis que assinaram o Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento em anexo que demonstraram ciência do projeto em questão, dos procedimentos a serem utilizados, bem como, objetivos e justificativa da pesquisa.

Os alunos foram escolhidos para participarem da entrevista segundo os critérios de disponibilidade, considerando que fossem de anos de escolaridade diferentes, bem como necessidades educacionais especiais distintas. Nesse caso foi possível ouvir alunos com Transtorno Obsessivo Compulsivo e Hipercinético; com Psicose Infantil e Deficiência Intelectual. Dentre os 17 matriculados na sala de recursos, apenas 03 foram ouvidos.

A 1ª entrevista foi realizada com uma aluna, a qual chamamos de N, ela tem 16 anos e está repetindo o 1º Ano do Ensino Médio. A aluna N mora num lar filantrópico com mais 28 irmãos, sendo que apenas 03 são irmãos biológicos.

A pesquisadora pediu autorização para gravação da entrevista e explicou que seria algo simples, assegurando que a mesma ficasse a vontade para responder e perguntar quando não entendesse, isso com o propósito de deixá-la segura durante a conversa. A aluna demonstrou estar tranquila. Quando perguntada se já repetiu algum ano, demonstrou estar envergonhada e com risos respondeu que sim:

Pesquisador: Você já repetiu algum ano?

Entrevistado: (risos) já.

Pesquisador: Qual?

Entrevistado: (risos) Primeiro. (ALUNA N)

Descreveu a sala de recursos e a sala regular. Disse que no ensino regular tem que se comportar e que na sala de recursos se sente mais a vontade, pois a

professora a ouve e a compreende. Afirmou preferir estudar na sala de recurso porque assimila melhor as atividades, já na sala regular disse não entender nada:

Sala de recurso. (...) Porque lá tem um monte de atividade que ela ensina a gente e a gente entende muito bem. Agora na sala regular (risos) eu não entendo nada. (ALUNA N)

Relatou que as atividades da sala de recursos são mais interessantes e que, além de fazer continhas, colore muitos desenhos o que adora fazer. Disse que suas notas são mais ou menos e que alguns de seus colegas da sala regular a auxiliam com as atividades. Ao ser perguntada se tem ajuda da família em casa, disse que a ajudam *“pegando no pé”*; depois falou num tom mais sério, sem as habituais risadinhas e disse ter ajuda da mãe e dos irmãos. Disse que os professores a ouvem e respondem quando tem dúvida. Afirmou que faz as mesmas atividades dos colegas da sala regular e que considera isso mais justo; uma vez que consegue resolvê-las. Essa questão é bem complexa, pois a aluna consegue resolver as atividades da turma regular, mas afirma preferir as atividades da sala de recursos. Disse não gostar da escola, nem de estudar, mas que sua mãe exige e ela entende que é melhor para seu futuro.

Podemos perceber a partir da entrevista com a aluna N do 1º ano que repetir o ano a deixa constrangida e envergonhada.

Pesquisador: Você já repetiu algum ano?

Entrevistado: (risos) já.

Pesquisador: Qual?

Entrevistado: (risos) Primeiro. (ALUNA N)

Diante dos aspectos mencionados, cada aluno necessita de respeito aos seus ritmos e tempos de aprendizagem; de forma que ocorram a compreensão e proposições de estratégias que garantam a oportunidade de aquisição de certas competências educacionais.

Apresentamos ideias de Mantoan (2006) que reforça a questão do respeito aos ritmos de aprendizagem:

[...] a educação inclusiva tem sido caracterizada como um novo paradigma que se constitui pelo apreço à diversidade como condição a ser valorizada, pois é benéfica a escolarização de todas as

pessoas, pelo respeito com diferentes ritmos de aprendizagem e pela proposição de outras práticas pedagógicas, o que exige ruptura com o instituído na sociedade e, conseqüentemente nos sistemas de ensino (MANTOAN, 2006, p. 40).

Assim, entendemos a importância da escolarização dos alunos, suas progressões em níveis de escolaridade, ainda que as competências mínimas exigidas em cada ano não estejam consolidadas, dado ao ritmo de aprendizagem de cada um. Sem perder, contudo, o foco na aprendizagem respeitando as diversidades de ritmos inerentes a cada aluno com NEE. Tudo isso é um grande desafio nas escolas. A cultura da avaliação e aprovação a partir do conhecimento que se pretende atingir em cada nível de escolaridade, a partir de um planejamento pré-determinado ainda é bem presente nos registros e sistemas escolares.

Vale destacar, nesse caso da aluna N, o contexto social em que vive, um lar social, convívio com outras tantas crianças e jovens que tornaram-se sua família por situações e ocasiões pouco convencionais. Aluna N demonstrou muita carência afetiva. E entendemos que as aulas na sala de recursos são favoráveis nesse sentido, pois a aluna pode expressar-se mais livremente e a professora tem sobre ela um “olhar sensível” quando a escuta:

No ensino regular é né... tem que comportar (risos) e na sala de recurso eu me sinto mais a vontade pra eu contar tudo pra professora, sobre a minha vida e ela me entende. (ALUNA N)

Percebemos ainda na entrevista de N que na sala regular sente-se bem fazendo as mesmas atividades que os demais colegas. Segundo ela: “Tô aprendendo muito... isso é mais justo” (ALUNA N).

A sala regular de ensino é o ambiente em que o aluno com NEE é avaliado, tem suas progressões e promoções, convívio com maior número de colegas e professores. É nesse ambiente regular que se deve haver total responsabilização pela progressão do aluno, levando-se em conta as suas habilidades, dificuldades e tempo de aprendizagem. No entanto, os dois ambientes são importantes no processo de inclusão. A sala de recursos complementa e auxilia o professor regular com atividades extras de aprendizagem que se tornam mais possíveis com os equipamentos, tecnologias assistivas e apoio mais individualizado.

Ainda citando Figueiredo (2008) em seu artigo “Escola de Atenção às diferenças” afirma que:

A classe do ensino regular se constitui em um agrupamento no qual cada aluno deve colaborar com o processo de construção do conhecimento dentro de suas possibilidades. A valorização do papel social do aluno só é possível na medida em que ele é reconhecido por seus pares como uma pessoa que traz uma contribuição mesmo que seja modesta, ao desenvolvimento de saberes, de saber-fazer e do saber ser coletivo (FIGUEIREDO, 2008, p.1).

A segunda entrevista foi com um aluno do 7º ano, o qual chamaremos de E, ele tem 13 anos de idade. Ele possui necessidades educacionais especiais. O aluno ouviu a orientação da pesquisadora e autorizou a gravação. Respondeu de forma tímida e demonstrou diversas vezes não entender a pergunta. Algumas de suas respostas foram sem nexos e contraditórias. Apresentou dificuldades em expressar suas opiniões, inquietação e ansiedade durante toda a conversa.

Descreveu o ensino regular como ruim. Disse não gostar das aulas das atividades onde o livro didático é utilizado, elogiou e disse preferir a sala de recursos, pois as atividades são diferentes e interessantes. Afirmou não ter boas notas na escola e que alguns colegas o ajudam, outros não. Relatou que sua irmã às vezes o auxilia com as atividades para casa. Disse que alguns professores o ajudam nas atividades e que a atividade executada em sala às vezes é igual às dos colegas, mas prefere realizar as atividades diferenciadas por serem mais fáceis. Disse gostar da escola porque tem a sala de recursos e o Tempo Integral.

Questionado sobre o que menos gosta na sala regular o aluno E respondeu: “aula de Português, Matemática, monte de aula lá... inglês...” Indagado sobre as atividades que são oferecidas a ele em sala regular, ao contrário da aluna N disse preferir as atividades diferenciadas: “...*Diferente é bem mais melhó*” aluno E, pois segundo ele, porque as atividades que os colegas fazem são mais difíceis e ele não consegue acompanhar. O aluno demonstrou ter muita dificuldade na escola e assim como os outros entrevistados tem preferência pela sala de recursos e também pelos mesmos motivos: atividades mais fáceis e interessantes. Pode ser que o aluno E considere “fácil” conteúdos e atividades que tenham mais sentido para ele. De fato, as atividades da sala de recursos devem ser diferenciadas e no nível de cada aluno, no entanto, não deve-se perder o foco que é a aprendizagem e progressão desses alunos. Ter na sala de recursos acesso a atividades lúdicas, prazerosas e fáceis e

ainda com um número pequeno de alunos, com pouca indisciplina, não causa estranheza em tal preferência.

Novamente, trazemos a contribuição de Figueiredo (2008):

A inclusão se traduz pela capacidade da escola em dar respostas eficazes à diferença de aprendizagem dos alunos, considerando o desenvolvimento dos mesmos como prioritário. A prática da inclusão implica no reconhecimento das diferenças dos alunos e na concepção de que a aprendizagem é construída em cooperação a partir da atividade do sujeito diante das solicitações do meio, tendo o sujeito de conhecimento como um sujeito autônomo. O professor pode ampliar as possibilidades aprendizagem do aluno a partir de diferentes propostas didáticas as quais ele pode organizar no desenvolvimento das práticas pedagógicas. Para isso é importante refletir sobre os desafios do cotidiano escolar. (FIGUEIREDO, 2008, p. 3)

Nesse caso, entendemos que é papel do professor oportunizar atividades diferenciadas para que o aluno com NEE tenha oportunidades de aprendizagem de acordo com seu ritmo e habilidades. A Escola Riacho Doce tem encontrado grandes desafios nesse aspecto; e embora , os professores tenham ciência de mudança de postura , de um trabalho coletivo e diferenciado; percebemos a falta de uma responsabilização e parceria maior entre professores regulares e AEE .

O aluno em questão tem pouco apoio em casa com as atividades e isso pôde ser percebido em quase todas as entrevistas com os outros alunos. Os professores entrevistados também levantaram essa questão como grandes dificuldades e entraves ao progresso e êxito de seus trabalhos.

A terceira entrevista foi com um aluno que chamaremos de G, G tem 13 anos, e estuda no 8º ano. Apresenta, segundo consta em laudo psiquiátrico, necessidades educacionais especiais; hiperativismo e retardo psicológico. G ouviu as orientações da pesquisadora, autorizou a gravação da conversa e manteve-se atento às perguntas e muito ágil em responder.

Segundo ele, na sala regular é só escrever e copiar. Já na sala de recursos fazem atividades diferentes e foi enfático ao afirmar que prefere a sala de recursos. Relatou que as atividades propostas pela professora da sala de recursos são bem melhores porque estão de acordo com suas dificuldades e habilidades. Disse que suas notas são mais ou menos e que não tem ajuda dos colegas em sala.

Quando perguntado se tem ajuda da família justificou que mora com uma mãe deficiente e que não teve oportunidade de estudar e com um irmão mais novo e, que não há ninguém em casa que possa auxiliá-lo. G relata que os professores ouvem e respondem suas dúvidas. Revelou que não realiza as mesmas atividades dos colegas em sala e que não está satisfeito com isso, pois se acha menos inteligente que os demais. “Satisfeito eu não tô. Queria ser inteligente igual certas pessoas da minha sala , mais... fazer o que?” (ALUNO G).

Pode ser que as atividades diferenciadas na sala reforcem sua condição de aluno com NEE e o faz sentir-se em situação desigual. G disse gostar da escola, elogiou bastante a professora da sala de recursos e disse não gostar de alguns da sala regular. Com relação aos colegas disse que não gosta de um colega da sala de recursos, mas que respeita por estar num ambiente escolar.

Citamos alguns trechos da entrevista de G que consideramos importantes em nossa pesquisa:

Sobre a sala de recursos: “Na sala de recurso cê faz coisas diferentes, dentro de sala é só escrever, copiar...”. A respeito das atividades propostas na sala de recursos: “Ah, porque não é aquela atividade muito ,muito difícil igual com a minha dificuldade; ela é um... pra mim ela....eu consigo fazer ela tranquilo” (ALUNO G).

Reforçamos, entretanto a ideia de uma articulação entre as atividades de sala de recursos e as da sala regular, para que não haja um distanciamento entre esses dois ambiente e, sim uma complementação de apoios em busca de um objetivo comum. Os alunos consideram a sala de recursos mais agradável pois, sem dúvida, pois consideram os equipamentos, atendimentos individualizados, menos tempo que permanecem nesse ambiente; não causando estranheza tais opiniões. Entretanto, é a sala regular, como já dissemos, que é o ponto de referência para as promoções e progressões na vida escolar.

Glat (2011) afirma que “[s]e o aluno não estiver participando das atividades como os demais colegas de turma e aprendendo, então não tem Educação Inclusiva”.

Após conversar com as crianças foi possível perceber que a sala de recursos proporciona aos alunos um ambiente favorável à aprendizagem o que normalmente não acontece na sala regular, pois as atividades são interessantes e compatíveis

com seu nível de aprendizagem. Além de terem um espaço de maior atenção individualizada.

Percebemos que os alunos referem-se à sala de recursos como um espaço de liberdade em que podem se expressar e serem ouvidos, fazem atividades bem mais simples que na sala regular e, conseqüentemente, os resultados e rendimentos nesse espaço são mais favoráveis.

Na sala regular, entretanto, existe uma série de entraves para que os alunos sintam-se melhor atendidos, satisfeitos e com rendimento adequado. Os professores não têm recursos adequados, o número de alunos na sala é bem maior que na sala de recursos. Enquanto na sala de recursos trabalha-se ao mesmo tempo com no máximo 05 alunos, na sala regular são em torno de 25, 30 alunos. Os equipamentos na sala de recursos: computadores, jogos físicos e virtuais e outros despertam a atenção para a aprendizagem e interesse, evitando indisciplina e insatisfação. Na sala regular, os professores não dispõem de tempo e materiais necessários para uma atenção individualizada, necessitam do apoio do professor especializado até mesmo para planejar aulas diferenciadas e compatíveis com cada aluno.

Percebemos que a escola, numa tentativa de conquistar as crianças com necessidades educacionais especiais, procura lidar com elas de maneira mais “amistosa”, tem-se desdobrado em ações e estratégias diversas para que haja um convívio pacífico e tolerável na sala de aula. Os alunos, de certa forma, vão ditando as regras, as atividades que fazem de maneira prazerosa e com algum avanço na aprendizagem, torna-se mais constante em seu cotidiano.

As atividades lúdicas, tecnológicas e que, de certa forma, contribuem para a aprendizagem são as mais utilizadas. São estratégias que os professores utilizam após diagnóstico, convivência e prática docente no atendimento aos alunos com dificuldades. Compreende-se que o papel da escola vai muito além de se conseguir aprendizagem através de boa convivência e amizade, mas um relacionamento cordial e harmonioso em sala de aula pode ser fundamental para a construção do processo ensino- aprendizagem.

Fávero, Pantoja e Montoan (2004) trazem uma importante reflexão e contribuição acerca dos aspectos mencionados reafirmando a idéia da inclusão efetiva dos alunos com NEE com foco na aprendizagem de todos os estudantes:

A aprendizagem como o centro das atividades escolares e o sucesso dos alunos como a meta da escola independentemente do nível de desempenho a que cada um seja capaz de chegar são condições básicas para se caminhar na direção de escolas acolhedoras. O sentido desse acolhimento não é a aceitação passiva das possibilidades de cada aluno, mas o de sermos receptivos aos níveis diferentes de desenvolvimento das crianças e dos jovens. Afinal, as escolas existem para formar as novas gerações e não apenas alguns de seus futuros membros, os mais privilegiados. A inclusão não implica no desenvolvimento de um ensino individualizado para os alunos que apresentam déficits intelectuais, problemas de aprendizagem e outros relacionados ao desempenho escolar. Na visão inclusiva, não se segregam os atendimentos escolares, seja dentro ou fora das salas de aula e, portanto, nenhum aluno é encaminhado a salas de reforço ou aprende a partir de currículos adaptados. É uma ilusão pensar que o professor consegue predeterminar a extensão e a profundidade dos conteúdos a serem construídos pelos alunos, assim como facilitar as atividades para alguns, porque, de antemão já prevê a dificuldade que possam encontrar para realizá-las. Na verdade é o aluno que se adapta ao novo conhecimento e só ele é capaz de regular o seu processo de construção intelectual. Em síntese, cabe ao educando individualizar a sua aprendizagem e isso ocorre quando o ambiente escolar e as atividades e intervenções do professor o liberam, o emancipam, dando-lhe espaço para pensar, decidir e realizar suas tarefas, segundo seus interesses e possibilidades. Já o ensino individualizado, adaptado pelo professor, rompe com essa lógica emancipadora e implica em escolhas e intervenções do professor que passa a controlar de fora o processo de aprendizagem. O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular 35 Desejamos que as intervenções do professor sejam direcionadas para desequilibrar, apresentar desafios e apoiar o aluno nas suas descobertas, sem lhe retirar a condução do seu próprio processo educativo. A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência, mas sim recursos, ferramentas que podem auxiliar os processos de ensino e de aprendizagem. Os alunos aprendem até o limite em que conseguem chegar, se o ensino for de qualidade, isto é, se o professor considerar as possibilidades de desenvolvimento de cada aluno e explorar sua capacidade de aprender. Isso pode ocorrer por meio de atividades abertas, nas quais cada aluno se envolve na medida de seus interesses e necessidades, seja para construir uma idéia, resolver um problema ou realizar uma tarefa. Esse é um grande desafio a ser enfrentado pelas escolas regulares tradicionais, cujo modelo é baseado na transmissão dos conhecimentos. O trabalho coletivo e diversificado nas turmas é compatível com a vocação da escola de formar as novas gerações. É nos bancos escolares que aprendemos a viver entre os nossos pares, a dividir as responsabilidades e repartir as tarefas. O exercício dessas ações desenvolve a cooperação, o sentido de se trabalhar e produzir em grupo, o reconhecimento da diversidade dos talentos humanos e a valorização do trabalho de cada pessoa para a obtenção de metas comuns de um mesmo grupo (MONTOMAN, 2004, p. 34-35).

Nesse caso, entendemos a posição da escola em buscar estratégias que melhor direcionem para a aprendizagem dos alunos com NEE; no entanto, preocupa-nos a ausência de um direcionamento e planejamento mais sistematizado e interdisciplinar a esse respeito.

2.3.3 Análise da entrevista ao professor da sala de recursos e de um professor da turma regular

As entrevistas com os alunos foram bastante esclarecedoras e produtivas, mas para melhor compreender essa situação de aprendizagem nos dois ambientes em uma mesma escola, e para maior fundamentação, entrevistamos a professora da sala de recursos e um professor da sala regular.

Os professores entrevistados autorizaram a gravação da entrevista e assinaram o Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento em anexo, demonstrando ciência acerca da pesquisa que está sendo realizada e dos procedimentos a serem utilizados, bem como, objetivos e justificativa apresentados.

A professora da sala de recursos foi entrevistada por ser a única da escola com essa função; já o professor de História por trabalhar em todas as turmas da escola de 6º ao 9º e Ensino Médio.

Questionamos sobre formação pedagógica; dificuldades encontradas em seu trabalho no dia a dia; apoio que recebem no ambiente interno e externo. Indagamos sobre a indisciplina em sala de aula e outros aspectos que nos proporcionam entender as reais dificuldades, erros e acertos nos dois ambientes de aprendizagem oferecidos aos alunos com NEE na Escola Riacho Doce.

A professora da sala de recurso, a qual será chamada de EM, concedeu a entrevista de forma muito ponderada e com muita firmeza, respondendo a cada pergunta sem demonstrar timidez ou qualquer constrangimento. Questionada sobre sua formação pedagógica disse ser formada em Pedagogia e pós-graduada em Educação Especial e está se inscrevendo em uma especialização em Tecnologia Assistiva pois acredita contribuir muito em sua função.

Esta docente também formada em Psicologia o que segundo ela, tem relação com a área pedagógica. Possui cursos complementares de capacitação em *Braille* e em Libras. Tem cursos na área da Deficiência Intelectual e Visual, além de ter

também Pós-Graduação em Psicopedagogia. Questionada sobre quais são as teorias, conhecimentos, ideias que embasam a sua prática pedagógica; disse gostar muito de Vigotsky, mas não seguir uma teoria específica:

Olha, eu gosto muito de Vigotsky, mas assim... normalmente eu não sigo uma teoria específica; porque como psicóloga eu... eu gosto muito da área da psicanálise e ela ... ela trabalha assim com o... a observação livre o desenvolvimento livre do... do ser humano, tão eu gosto de observar os meus alunos nas necessidades que eles vão trazendo pra mim, tão eu vou adequando as teorias que a gente conhece de acordo com as realidades de cada um deles (PROFESSORA EM).

A professora afirmou não seguir uma teoria específica em suas aulas na sala de recursos , embora deixe bem claro em suas respostas que utiliza suas técnicas e conhecimentos de formação psicológica para o seu trabalho como docente

A professora, que também é psicóloga, diz gostar das teorias de Vigosty; no entanto não segue nenhuma linha específica. Vigostky atribuíu um papel importante às relações sociais; numa corrente socioconstrutivista. O que poderia ser interessante nos casos desses alunos com NEE; trabalhar as relações interpessoais.

Em sala de recursos, atua há mais ou menos dois anos e meio, mas com a Educação Especial trabalha há mais de oito anos. Relatou que o que a levou optar pela área da Educação foram dois motivos: primeiro pela questão de ser psicóloga e gostar de observar o desenvolvimento das pessoas:

[...] pela minha questão de ser psicóloga eu gosto muito de eu vou observando o desenvolvimento das pessoas; vou observando a capacidade que as pessoas têm de trabalhar o seu desenvolvimento em...em questão de conhecimento . E como professora eu acho que eu poderia aproveitar isso bem. (PROFESSORA EM).

E, segundo, para ter um ambiente diferenciado em seu trabalho no dia a dia :

Um segundo motivo é pra eu ter uma ocupação diferente de psicologia. É pra eu ... pra eu ter assim um ambiente diferente pra eu trabalhar no meu dia a dia que não ocupe tanto os...os só estar focada no problema do ser humano em si. (PROFESSORA EM)

Definiu sua rotina de trabalho como bem árdua, pois atua na área da Educação e Psicologia e ainda em cidades diferentes:

Como eu trabalho nas duas áreas, eu divido meu tempo entre a sala de recursos , sala de aula e a clínica co...e o grupo super ativos na prefeitura do... da minha cidade onde eu moro (PROFESSORA EM).

Planeja suas aulas observando a dificuldade que cada aluno traz consigo e avalia o aluno a princípio com atividades diagnósticas a fim de descobrir a necessidade específica de cada um deles e tenta nortear as suas aulas de acordo com essas necessidades. Agrupa os alunos que estão mais ou menos com as mesmas necessidades específicas como atenção e concentração.

Essa estratégia de trabalho da professora faz-se necessária uma vez que existe um cronograma com horários pré-estabelecidos pela direção considerando inclusive o contraturno do aluno. Poderia ser interessante, entretanto, que a professora, dentro de suas possibilidades de horário, agrupasse seus alunos de forma heterogênea, com níveis de desenvolvimento diferentes de forma a propiciar uma convivência e interação entre os mesmos.

Como é de conhecimento geral, no ambiente escolar encontram-se várias dificuldades. Segundo a professora EM vários fatores dificultam seu trabalho. O primeiro deles é a falta de clareza acerca da função do professor na sala de recursos:

[...] tem várias dificuldades, vários fatores que...que dificultam. O primeiro deles é essa falta de clareza da função da gente na sala de recurso. A gente é.... quando você lê nos documentos específicos da sala de recursos, é dito pra gente que a gente tem que avaliar , tem que trabalhar o aluno na questão da alfabetização, do Português , da Matemática e etc. E tentar trazer sim.. o que eles estão vendo na sala de aula a gente trabalhar com eles na sala de... de recurso. E quando eles chegam na sala de recurso, a gente vê que eles estão num nível de alfabetização totalmente aquém do que eles estão vendo lá na sala de aula. Aí a gente começa a tentar trabalhar a alfabetização muitos deles não são sequer alfabetizados. (PROFESSORA EM).

Percebemos pela fala da professora que existem diversos desafios em seu trabalho como AEE. Assume funções diversas: alfabetizadora, disciplinadora e outras que teoricamente não são concernentes a sua função. Ainda segundo ela:

Aí a gente começa a tentar trabalhar a alfabetização muitos deles não são sequer alfabetizados; ou não ... conseguem assim... têm um nível de dislexia altíssimo, tá perguntando uma coisa eles respondem outra totalmente diferenciada. Então eu tento trabalhar nesse sentido, mas de repente chega à especialização da superintendência e cobra que não é esse tipo de trabalho que tem que ser feito na sala. Que a gente tem que trabalhar... é... cognição... a gente tem que trabalhar déficit de atenção, tem que trabalhar a deficiência do aluno. Então a gente tem essa... essa dificuldade de lidar com o que realmente tem que ser trabalhado (PROFESSORA EM).

Outra dificuldade destacada pela professora é que muitos professores não veem o aluno com alguma NEE. Consideram suas dificuldades e indisciplina, como ausência de limites. Falta, segundo ela, melhor esclarecimento e formação para o professor da sala regular, de forma que ele possa aprender a lidar melhor com aluno deficiente. Cita ainda um terceiro ponto que é o fato do aluno necessitar ser incluso ao contexto da instituição, mas muitos professores acreditam que essa função é só do professor da sala de recursos ou só do professor de apoio, não agindo proativamente nesse processo. Eles não entendem que se tem um aluno especial, aquele aluno não é específico da sala de recursos. Muitos se eximem de suas responsabilidades.

A indisciplina, em sala de aula, pode se dar muitas vezes pela falta de interesse ou entusiasmo do aluno pelo conteúdo ou disciplina ministrados. As aulas precisam ter mais sentido para o aluno, se não existe uma motivação pelos conteúdos ou disciplina ministrados, a tendência é um comportamento desafiador ao professor e colegas.

A professora citou ter muitas dificuldades relacionadas ao contexto externo da instituição, principalmente no que se refere à família e ao fato de ter um público de alunos variáveis. Alguns pais dão total apoio, visitam a escola, ajudam nas tarefas, fazem exames que são necessários, entretanto, existem famílias totalmente alheias e ainda que, não apresentam condições socioeconômicas favoráveis. Em diversos casos, o próprio aluno tem que lidar com as tarefas de casa, ajudar a cuidar dos irmãos, tem que realizar os serviços de casa. Muitos pais não comparecem à escola nem quando são convocados e não conseguem perceber que o filho tem NEE, que necessita de um cuidado especial.

Sobre os apoios dentro do ambiente escolar que colaboram com seu trabalho, citou como ponto forte o apoio material, e ponto fraco a questão do espaço da sala

de recursos. O espaço em que funciona a sala de recursos é bem pequeno, uma saleta composta por dois computadores, uma mesa alfabetizadora, uma mesa com 06 cadeiras, um armário e prateleiras para guardar materiais.

A professora define seus alunos como pessoas que têm necessidades especiais educacionais, mas que tem muita coisa para aprender e para ensinar. Então procura avaliar os alunos utilizando uma planilha com vários pontos, baseada no planejamento que faz em relação a eles e vai avaliando o desenvolvimento deles de acordo com esses planos. Avalia-os também em sala de aula observando o nível de interesse, envolvimento deles na atividade, e os rendimentos de acordo com as atividades propostas. Segundo a professora:

Eu defino meus alunos como... como alunos assim que tem necessidades especiais NE, educacionais, mas que tem assim muita coisa pra... pra trazer e pra ensinar pra gente. Então eu procuro avaliar os alunos assim, eu tenho uma planilha com...com vários pontos, justamente baseado naquele...no planejamento que eu faço em relação a eles e eu vou avaliando o desenvolvimento deles de acordo com esses planos. Avalio também eles em sala de aula sendo... um nível de interesse, envolvimento deles na atividade, se ele... aquilo que eles dão conta de fazer, eles tem pelo menos interesse em tentar fazer a atividade que.. que a gente propõe, o nível de interação deles com..com os colegas, e aquilo que eles estão...conseguindo desenvolver ou não. (PROFESSORA EM)

Quando observa que os alunos não atingiram os objetivos estabelecidos em suas avaliações, normalmente, tenta encontrar uma outra forma de alcançá-los, buscando outras formas de adequar as atividades até que consiga resultado. Em seu discurso relata que:

Normalmente, eu tento encontrar uma outra forma de chegar ao objetivo que eu propus pra eles na atividade, então se de repente eu propus de uma maneira, e pra quela criança mesmo que estão em grupo, mas determinada criança não conseguiu alcançar daquela forma, eu vou buscar uma maneira de adequar,pra que ele consiga alcançar o objetivo. (ENTREVISTA COM A PROFESSORA EM)

Segundo a docente as atividades que mais agradam seus alunos são as mais lúdicas, oportunizadas através de jogos como: caça-palavras, mas tem observado que seus alunos também demonstram interesse na área tecnológica, então

consegue desenvolver com a ajuda da internet atividades diversas com software de atividades diversificadas.

Com relação à indisciplina na sala de recursos disse que acontece. Mesmo que tenha uma quantidade reduzida de alunos, muitos deles têm transtornos mais sérios, e que algumas atitudes são inerentes da própria deficiência deles. Relatou que pelo menos duas ou três vezes no mês planeja uma aula mais específica voltada para valores, interação social, regras e limites de convivência e, sempre quando acontece alguma situação de indisciplina, interrompe a aula e conversa sobre a situação com eles, para que eles consigam compreender essa relação de respeito que tem que acontecer e procura estender essas atitudes para sala regular.

A pedido da pesquisadora, a professora citou uma frase que disse definir bem a escola no que diz respeito à educação inclusiva: *“Em nossa escola o deficiente tem voz e vez”*.

Entende-se assim a necessidade de estratégias que envolvam a participação efetiva desses alunos com necessidades educacionais especiais, de forma que possam manifestarem-se e numa proposta de coo participação possam contribuir para o processo de ensino e aprendizagem, onde não sejam vistos apenas como sujeitos, mas como atores importantes.

O professor da sala regular que se disponibilizou a participar da entrevista, ministra aulas da disciplina de História, sendo convidado por atuar junto às turmas que tem alunos com NEE. O professor ao qual chamaremos de **F** autorizou a gravação da entrevista. Demonstrou certa timidez e insegurança em responder algumas questões.

F é Bacharel em História pela PUC de Minas Gerais e possui pós-graduação em História da África, como cursos complementares, participou da formação do Pacto do Ensino médio, em que foi tutor e outros cursos na área de computação. Não possui nenhum um curso em Educação inclusiva.

Questionado sobre as teorias, conhecimentos e ideias que embasam a sua prática pedagógica, disse que teoricamente a sua prática pedagógica é o que aprendeu na faculdade. Revela se embasar no dia a dia, na convivência com os alunos e com a comunidade e acredita ter aprendido mais na prática do que na teoria. Trabalha como professor há 14 anos e escolheu essa profissão, segundo ele,

por ter encontrado dificuldades de encontrar emprego na área de bacharelado em história.

Descreveu a sua rotina de trabalho como bem intensa; trabalha em duas escolas em cidades diferentes, considerando seu tempo escasso para aprofundar nos estudos. Como maior dificuldade no seu ambiente escolar destacou a inclusão, porque os alunos diversas vezes não estão alfabetizados. Alegou ter muita dificuldade em lidar com alunos deficientes, não só pelo comportamento, mas pela falta de um conhecimento prévio, de um conhecimento mínimo exigido para uma aula de História que é leitura e interpretação.

No ambiente externo, principalmente no que se refere à família de seus alunos, destacou como maior dificuldade o fato da família ser pouco atuante na vida escolar do aluno. Ressaltou que já teve oportunidade de trabalhar em outra escola e que, podendo devido a este fato, afirmar que os alunos da zona rural têm menos acompanhamento e que alunos da zona urbana têm rendimento melhor porque a família é mais presente. Disse que se os alunos da zona rural tivessem uma maior participação e cobrança da família, esses alunos poderiam se sobressair mais. A escola rural, do campo, segundo ele, apresentam algumas dificuldades a mais como à questão do transporte o que acabam inviabilizando a frequência da família na escola.

Com relação ao apoio pedagógico que recebe em seu ambiente escolar que colaboram para seu trabalho com alunos especiais, citou como importantes: a sala de recursos que, de certa forma, auxilia o aluno; as reuniões e troca de experiências com outros professores. No ambiente externo diz ter pouco apoio da família.

Questionado sobre como vê os seus alunos, relatou que são em sua maioria carentes em vários aspectos, econômica e afetivamente e que tem muita amizade por eles, e que essa relação foi construída ao longo dos anos, numa relação de parceria. O professor apresentou sensibilidade às dificuldades vivenciadas pelos alunos, ressaltou em vários pontos a questão da carência demonstrada pelos mesmos, até mesmo por serem em sua maioria oriundos de zona rural, mas em poucos momentos percebeu-se na fala do professor a busca de potencialidades e habilidades dos alunos com NEE que possam ajudá-lo em no desenvolvimento e desempenho de suas estratégias em sala de aula.

Em relação a sua forma de avaliar admitiu que não é muito rigoroso com os resultados das avaliações e que essas não podem taxar o aluno como bom ou ruim. É apenas um instrumento, segundo ele, para auxiliar na verificação da aprendizagem.

A avaliação, nesse caso, é um instrumento pelo qual o professor acompanha os níveis de aprendizagem de seus alunos, fazendo as intervenções necessárias aos conteúdos em que não obtiveram bons resultados ou o mínimo desejado.

Perguntado sobre que tipo de atividade mais agrada seus alunos, respondeu que eles gostam muito de filmes e que isso é muito válido em sua disciplina, pois fica mais fácil fazer a associação com o conteúdo estudado. Após a exibição do filme, normalmente abre-se uma discussão associando o roteiro aos conteúdos de História.

Com relação aos problemas com indisciplina admitiu que já resolveu brigando, mandando para fora da sala, mas que atualmente procura conversar e pede apoio da direção e supervisão.

Disse que a educação inclusiva na Escola Riacho Doce está caminhando, não sabe dizer se a passos largos, mas que estão tentando e lançou a dúvida sobre a educação inclusiva: até que ponto inclui e até que ponto exclui essa educação.

A partir das conversas com os dois professores, foi possível perceber que, embora o professor da sala de recursos tenha cursos especializados e experiência na função, ainda demonstra insegurança e fragilidades em seu trabalho. As crianças, com suas dificuldades diversas exigem um determinado planejamento mais voltado para a alfabetização e aprendizagem, o sistema direcionado pela Superintendência de ensino exige um trabalho lúdico, de socialização e não um reforço escolar. A escola oferece materiais necessários, mas falta gestão no direcionamento dos trabalhos e planejamentos nas turmas regulares, embora, perceba-se que existem momentos importantes de conversas entre os professores.

O professor da turma regular coloca-se em uma situação de insegurança e impotência e conta com o professor especializado para ajudá-lo com os alunos com NEE. Não tem formação em educação inclusiva e apresenta muita dificuldade em planejar aulas para os alunos com laudos.

Sendo assim, numa tentativa de entendermos esse processo de inclusão na escola, com suas implicações e limitações, em se tratando, inclusive de uma escola

do campo; propusemo-nos a analisar as ações dos docentes envolvidos nesse processo, de forma a perceber se os alunos deficientes estão tendo atendimentos inerentes às suas necessidades, de acordo com as legislações vigentes, ou se a escola tem de forma cômoda apenas transferido responsabilidades aos professores contratados para a sala de recursos e direcionado essa aprendizagem desses alunos, exclusivamente, ou quase que totalmente nos ambientes destinados a eles dentro da escola regular.

Todavia, ao analisar as respostas dos professores da Escola Estadual Riacho Doce no que se refere à educação na perspectiva inclusiva no contexto dessa unidade de ensino, percebe-se que há uma busca do que é proposto pela autora, no sentido de proposições de práticas pedagógicas diferenciadas. Durante as entrevistas, na realização da pesquisa de campo, percebe-se que a prática pedagógica dos professores e equipe pedagógica, mesmo com todas as limitações relatadas tendem para o caminho do melhor atendimento e respeito aos alunos com deficiência. No entanto, a formação especializada auxilia no trabalho inclusivo. A professora da sala de recursos, com experiência e formação na área, posiciona-se numa situação de maior tranquilidade nas questões inclusivas:

Na...na área de Pedagogia eu fiz a pedagogia em si e eu fiz também a pós em Educação Especial; no momento eu estou me inscrevendo é...também numa pós em tecnologia assistiva¹¹ que eu acho que é bem importante na função que eu tô exercendo agora. E além da Pedagogia eu sou também psicóloga que tem muito a ver com a área da pedagogia, né? Como área da educação. É...Eu Jájá trabalho sim, já ...já me envolvo mesmo “tendo” da psicologia eu já me envolvo na área da educação especial porque já há muitos anos eu venho trabalhando com as APAES na região, “tão” sempre busquei assim formação em braile, formação em libras, inclusive ano passado o Estado ofereceu pra gente um curso no CASMoc, né? Muito interessante e....muito bom pra...pra aprendizado. Tem o curso na área da deficiência intelectual, visual, diversos cursos assim que são relacionados à Educação especial eu sempre procuro fazer; além de... de... ter também a pós em psicopedagogia; é... que eu gosto muito de trabalhar com essa questão da psicomotricidade. (PROFESSORA EM)

¹¹ É um termo ainda novo, utilizado para identificar todo o arsenal de **Recursos e Serviços** que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover **Vida Independente e Inclusão**.

Já o professor regular relata encontrar maiores dificuldades nesse processo de inclusão, exatamente por desconhecer certos procedimentos inerentes dessa formação. Cursos específicos para se trabalhar com alunos com NEE e que são de fundamental importância no processo de inclusão.

Bom, eu sou bacharel licenciado em História pela PUC Minas e tenho pós-graduação em História da África e...tenho....é...formação pedagógica é isso. (...) Eu comecei a fazer uma ...uma pós-graduação em Educação inclusiva, mas parei. Continuei não. (PROFESSOR F)

Percebe-se que as práticas da professora especializada são mais específicas; talvez pelo fato de ter uma formação mais direcionada para a educação inclusiva professora AEE disse utilizar atividades de testes individuais e em grupos e planeja suas aulas de acordo com seus diagnósticos:

Eu tenho me baseado assim ...principalmente na dificuldade que cada aluno traz. Eu... avalio o aluno quando ele chega; a gente...eu sento , faço diversas atividades com ele e observo a necessidade específica deles e eu tento basear as minhas aulas , planejar as aulas de acordo com necessidades deles. Então como que eu tenho feito? Eu tenho agrupado os alunos que estão mais ou menos com as mesmas necessidades específicas. Mas, assim... no âmbito de atenção, concentração. É... nas deficiências mesmo , né? E tentar agrupá-los pra planejar as aulas de acordo com cada um". Com a realidade de cada um deles. (PROFESSORA EM)

Já o professor regular, sem formação necessária à educação inclusiva, baseia suas práticas nas suas vivências e convivências. Percebe-se que não há uma intencionalidade pedagógica e sim tentativas esporádicas intuitivas de sucesso numa prática ou outra:

Bom. Eu , é...teoricamente a minha prática pedagógica é o que eu aprendi mesmo na.. na faculdade,né? porém, eu acho que é mais embasado no dia a dia, na convivência com os alunos, com a comunidade, ahn , eu acho que eu aprendi mais... é na prática que na teoria. (PROFESSOR F).

Glat e Antunes (2012) através de pesquisas com professores em três estados do Brasil constataram que:

[...] apesar da maioria das professoras ter completado o Ensino Superior, elas manifestaram ter uma enorme carência de conhecimentos devido à precariedade de sua formação acadêmica inicial. (GLAT E ANTUNES, 2012, p.14)

De fato, essa preocupação em uma formação acadêmica mais consistente no que se refere à inclusão é notória nas falas dos professores entrevistados. E, muitos aprendem na prática escolar, com formação em serviço, o que deveriam ter aprendido em sua formação inicial. Tal ideia é reforçada por Glat (2011) ao afirmar que:

É importante enfatizar que qualquer possibilidade de futuro da proposta de Educação Inclusiva depende prioritariamente da reformulação curricular e conceitual dos cursos de formação de professores, pois, na maioria dos cursos de Pedagogia e demais licenciaturas a discussão sobre escolarização de alunos com deficiência ou outras condições atípicas é superficial ou inexistente (GLAT, 2011, p.12).

Ambos os docentes entrevistados demonstraram ciência de que além de ensinar, aprendem com as diferenças e desafios encontrados no dia a dia com as crianças com NEE. A forma de avaliação, entretanto difere de um para outro. Enquanto a professora de recurso avalia, além das competências intelectuais, as de interação e socialização, o professor regular não apresenta maiores preocupações com a avaliação em si, usando-a somente como instrumento auxiliar.

Eu defino meus alunos como... como alunos assim que tem necessidades especiais né,educacionais, ,mas que tem assim muita coisa pra... pra trazer e pra ensinar pra gente. Então eu procuro avaliar os alunos assim, eu tenho uma planilha com...com vários pontos, justamente baseado naquele...no planejamento que eu faço em relação a eles e eu vou avaliando o desenvolvimento deles de acordo com esses planos. Avalio também eles em sala de aula sendo... um nível de interesse, envolvimento deles na atividade, se ele... aquilo que eles dão conta de fazer, eles tem pelo menos interesse em tentar fazer a atividade que.. que a gente propõe, o nível de interação deles com..com os colegas, e aquilo que eles estão...conseguindo desenvolver ou não. (PROFESSOR AEE)

Importante destacar que a professora especializada percebe as potencialidades de seus alunos com NEE e utiliza a seu favor o que eles apresentam de diferente, aprendendo com essas diferenças. Ponto positivo num processo de inclusão. Em meios a tantos desafios, um importante passo para um

processo de ensino e aprendizagem seria uma troca de experiências entre professor e aluno. Outro ponto favorável no processo de inclusão está descrito nessa fala da professora AEE. A busca de estratégias de aprendizagem considerando o nível de dificuldade e a necessidade especial do aluno:

Normalmente, eu tento encontrar outra forma de chegar ao objetivo que eu propus pra eles na atividade, então se de repente eu propus de uma maneira, e pra aquela criança mesmo que estão em grupo, mas determinada criança não conseguiu alcançar daquela forma, eu vou buscar uma maneira de adequar, pra que ele consiga alcançar o objetivo. (PROFESSORA EM)

Outro ponto favorável no processo de inclusão está descrito nessa fala da professora AEE. A busca de estratégias de aprendizagem considerando o nível de dificuldade e a necessidade especial do aluno:

Bom, a questão da avaliação eu é... (pausa) eu não sou muito de... levar ao pé da letra o que a avaliação diz, é... eu vejo mais o... o como que eu vou dizer... é lógico que tem as avaliações né, mas a avaliação não quer dizer, não quer... Eu não posso taxar o aluno como bom ou como aluno mau né, ela serve de instrumento pra auxiliar só ela... não é o que vai definir né, é que são vários motivos que podem levar o aluno a ter uma boa avaliação ou avaliação ruim né. (PROFESSORA EM)

Para fundamentar a ideia desse professor a respeito de avaliação do aluno com NEE, trazemos mais uma vez Glat (2012) que esclarece muito bem essa questão de respeitar-se o ritmo do aluno dando especial atenção às suas necessidades específicas para que de fato ele consiga aprender:

Se não houver atenção sistemática às necessidades educacionais especiais individuais do aluno que se manifestam em sua interação com o contexto da sala de aula, o processo ensino-aprendizagem, sobretudo de alunos com deficiências ou outros transtornos, ficará prejudicado, tornando, na prática, inviável sua inclusão escolar e seu desenvolvimento acadêmico e intelectual de modo geral (GLAT, 2012, p. 4).

Constatou-se que o professor da sala regular espera um apoio maior do professor da sala de recursos. Conta com orientações gerais para elaboração de atividades e avaliações.

É nós temos a sala de recurso né, que ela é... de certa forma ela apoia, ela dá um apoio né o aluno... não fica mesmo que ela deixa a desejar de alguma forma em alguns sentidos, mas ela ainda tem... uns... mas nós ainda temos esse certo apoio né, é... isso no ambiente de trabalho.É... ou (pausa), reuniões com outros professores também eu acho que ajuda muito né, colocamos em... em... é... colocamos em voga o presente... o problema do aluno e isso aí juntos nós acabamos chegando num...num consentimento a respeito desse aluno e muitas vezes acaba tendo... um norte né, pra lidar com aquele aluno. E no ambiente externo é... o apoio é mínimo né, deveria ter mais apoio da família mas [...] (PROFESSOR F).

Com relação às reuniões com os demais professores, que o professor cita ser necessário como apoio ao processo de inclusão, citamos também Glat (2011) que considera a desarticulação entre professores das salas especiais e professores regulares uma problemática no processo de inclusão. No entanto, percebe-se uma frustração do professor da sala de recursos com relação a essas expectativas. O aluno com NEE na sala de recurso tem um comportamento e um atendimento diferenciado, mas o professor regular, em geral, não assume totalmente essa responsabilidade e necessita da colaboração de quem acredita ser habilitado e competente para lidar com determinadas situações.

Considera-se importante também destacar as falas dos professores traduzem o pouco apoio que recebem das famílias no processo educacional das crianças comprometendo o aprendizado e avanço dessas no estudo. De acordo com os entrevistados, normalmente as famílias não participam da vida escolar do filho e só comparecem à escola quando são convocados. É possível constatar que ambos os professores têm essa necessidade de um maior apoio da família dos alunos com NEE. Por se tratar inclusive de uma Escola de Campo, com alunos, em sua maioria, oriundos de famílias com nível socioeconômico baixo.

A partir dos relatos coletados nas entrevistas, constatamos pouco acompanhamento, e envolvimento dos pais no desempenho escolar dos alunos. Os professores consideram fundamental a participação da família; os pais pouco dialogam com os professores sobre os rendimentos de seus filhos na escola.

A Escola Riacho Doce realiza ao final de cada bimestre o plantão pedagógico. Momento em que professores, supervisora e direção reúnem-se com pais de alunos para discutir questões de rendimento, assiduidade, comportamento e outros.

Entretanto, no dia a dia da vida escolar, a participação da família é aquém do esperado.

Diante do exposto, foi possível perceber durante as entrevistas o quanto que a implementação de uma política de educação inclusiva que respeite as diferenças é um grande desafio, considerando vários aspectos, inclusive, o planejamento de atividades diferenciadas e adequadas sem, contudo perder o foco que é o direito de todos à aprendizagem. Segundo a professora da sala de recursos:

[...] quando eles chegam na sala de recurso, a gente vê que eles estão num nível de alfabetização totalmente aquém do que eles estão vendo lá na sala de aula. Aí a gente começa a tentar trabalhar a alfabetização muitos deles não são sequer alfabetizados. (PROFESSORA EM).

O professor da sala regular, deixa claro ser a questão da aprendizagem, uma grande dificuldade que encontra em seu trabalho pedagógico:

A maior dificuldade que eu tenho é na área da inclusão mesmo né, porque os alunos muitas vezes que nos chegam na minha matéria que é Historia, é... muitos alunos não conseguem ler né, não conseguem interpretar [...] (PROFESSOR F).

Isso demonstra que na visão dos professores, existe um consenso com relação ao processo de aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais, uma vez que apresentam intensa dificuldade na compreensão dos conteúdos em geral. No entanto, encontramos um posicionamento positivo, de acordo com a fala dos professores observamos que há uma preocupação em buscar apoios nas estratégias da educação na perspectiva da inclusão na escola.

Nesse contexto, constata-se que ainda está muito presente no pensamento dos professores as dificuldades encontradas para conseguirem êxito na aprendizagem das crianças com necessidades educacionais especiais, bem menos que as possíveis soluções, planejamento e estratégias de aprendizagem.

Dessa forma, ao analisarmos as entrevistas e aulas dos professores, foi possível perceber que as estratégias pedagógicas da sala regular não estão totalmente centradas em cada aluno, considerando suas necessidades específicas a partir de suas necessidades. Se considerarmos ,entretanto, que as oportunidades de aprendizagem devem ser iguais a todos, mas que as estratégias para se atingirem tal

objetivo devem ser diferenciadas levando-se em consideração todo o contexto da Escola Riacho Doce, é possível afirmar que a escola por si só não pode ser responsável imediata pela melhoria do atendimento aos seus alunos com necessidades educacionais especiais .

Diante dos aspectos mencionados, é fundamental o fortalecimento de parcerias, corresponsabilidades com a família e sociedade em geral, além de um fortalecimento na gestão da escola tendo em vista novas ações e comprometimento com a escolaridade dos alunos com necessidades educacionais especiais de forma que eles possam não somente avançar em anos de escolaridade, mas também em aprendizagem.

Enquanto parte da equipe gestora dessa escola, penso que verifica-se inúmeras possibilidades de melhorias nas ações e atendimentos dos alunos com necessidades educacionais especiais. Ouvi-los e observá-los fez-me repensar diversas práticas adotadas na escola que até então considerávamos inclusivas e que podem não ser.

A sala de recursos, por exemplo, desvincula a criança de sua prática real de socialização, proporcionando a elas um ambiente diferente, individualizado, mas de certa forma não tão inclusivo, uma vez que as aulas são individualizadas ou em pequenos grupos também com NEE. Percebemos ainda que nessa sala, o professor tem habilidades, materiais e equipamentos necessários e, conseqüentemente mais possibilidades de aprendizagem para os alunos, contudo, o tempo do professor dessa sala com esses alunos é limitado e, de certa forma, os demais professores atribuem a ele a responsabilização pela aprendizagem.

Figueiredo (2008) esclarece-nos:

O Atendimento Educacional Especializado - AEE- destinado aos alunos público alvo da educação especial, é um serviço que: Identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (s/p)

Na Escola Riacho Doce, o AEE atende aos alunos com laudo no contraturno de sua matrícula regular. A professora faz agrupamentos por faixa etária para

facilitar o atendimento. O planejamento das aulas é individual, de acordo com as necessidades constantes nos laudos e PDI. Importante salientar que não é um reforço escolar, as aulas são voltadas para o desenvolvimento de autonomia, autoestima, raciocínio e concentração Figueiredo (2008) revela ainda que:

A gestão da sala de aula corresponde à capacidade do professor para orquestrar a interação entre os alunos em situação de aprendizagem, organizando os espaços os tempos e os agrupamentos pertinentes às suas propostas didáticas, se constituindo ele mesmo em mediador entre os conteúdos escolares e aqueles trazidos pelos alunos (s/p).

Uma dificuldade percebida na escola através da pesquisa de campo é exatamente essa questão de elaboração de atividades diferenciadas, apropriadas para as necessidades educacionais apresentadas. Os professores da sala regular, considerando o curto tempo de duração das aulas e o número maior de alunos na turma, apresentam como desafio a construção de um planejamento que contemple as NEE de cada aluno na sala regular, principalmente os que possuem laudos médicos. Os alunos, por sua vez, consideram importante a sala de recursos, sentem-se bem e motivados nesse ambiente, e têm necessidade de uma atenção maior para a execução das atividades propostas na sala regular.

Nessa perspectiva, na intenção de fortalecer as ações de gestão da escola por meio de uma possível reestruturação mais consistente e real do PPP; na busca pelo estreitamento de laços entre família e escola; na revisão crítica e reflexiva dos planejamentos do AEE e dos professores regulares, buscando, essencialmente, um desenvolvimento significativo dos alunos com NEE no ensino regular tendo em vista, não somente uma socialização, mas evoluções cognitivas, intelectuais e motoras, seguimos para o capítulo 03 que tem o objetivo de propor intervenções e aprimoramento na política de inclusão implementada na Escola Estadual “Riacho Doce”, com o intuito de consolidar a educação inclusiva nessa escola com contribuições para a melhoria do atendimento oferecido aos alunos com NEE.

3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: CONTRIBUIÇÕES PARA CONSOLIDAR A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E MELHORAR O ATENDIMENTO NA SALA REGULAR OFERTADO A ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

O Plano de Ação Educacional - PAE, proposto neste capítulo, tem como objetivo apresentar propostas de intervenção para consolidação e melhoria do atendimento educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais na sala regular de ensino na Escola Estadual Riacho Doce.

A pesquisa foi direcionada com o intuito de identificar as estratégias de planejamento e execução das aulas na sala regular de ensino em contraponto às aulas ministradas na sala de recursos. Foram realizadas entrevistas com roteiros semiestruturados com a participação dos alunos com necessidades educacionais especiais e dos professores tanto da sala regular como o professor AEE; análise documental das fichas de matrícula utilizada da escola e da última atualização do PPP e ainda colhidos relatos de professores das séries iniciais, do Ensino Fundamental II e professor da sala de recursos.

3.1 Considerações para a construção do plano de ação educacional

No intuito de melhorar o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais na escola, sobretudo na sala regular de ensino, respeitando suas individualidades, potencialidades, considerando inclusive seu contexto de escola de campo, apresentaremos possibilidades significativas que contribuirão para uma gestão participativa e coletiva no sentido de uma educação inclusiva.

O Plano de Ação proposto terá a intenção de articular a aplicabilidade de ações possíveis que serão mecanismos de controle e apoio com monitoramentos e cronogramas pré-estabelecidos com indicações de custos financeiros, previsão temporal, parcerias e coordenações, bem como, metas e prazos a serem cumpridos. No sentido de possibilitar à escola a implementação do plano de ação educacional, com vistas à consolidação de uma educação de fato inclusiva com melhorias no atendimento ofertado aos alunos com necessidades educacionais especiais.

A seguir apresentamos um quadro com as principais evidências encontradas nessa pesquisa; bem como uma síntese das ações propostas para cada situação evidenciada.

Quadro 4 – Principais evidências na pesquisa e ações correspondentes

Situações evidenciadas	Ações propostas
PPP com poucas indicações de fortalecimento da Educação inclusiva na Escola	Reelaboração coletiva do PPP.com envolvimento de toda a comunidade escolar
Professores da sala regular com pouco conhecimento sobre Educação inclusiva	Formação em serviço/capacitação dos professores.
Espaço físico inadequado para o funcionamento da sala de recursos	Adequação de um espaço maior e equipado para funcionamento da sala de recursos ; capacitação dos professores para utilização desses equipamentos.
Pouca interação professor regular e AEE	Reuniões periódicas e Planejamento coletivo
Aulas regulares pouco diversificadas que não contribuem para a inclusão	Extensão dos recursos multifuncionais às aulas regulares; proporcionando aulas mais dinâmicas e inclusivas.
Família pouco presente na vida escolar dos filhos	Maior participação da família na escola através de oficinas de artesanato, horticultura e teatro.

Fonte: Elaborado pela autora.

Realizadas essas considerações iniciais apresentaremos as ações propostas para serem desenvolvidas na Escola Riacho Doce com as intenções já sinalizadas anteriormente. Pretende-se propor ações viáveis, reais, possíveis de serem implementadas.

A princípio, uma proposta de revisão do PPP com vistas a uma discussão com toda a comunidade escolar ,equipe gestora, professores, pais e alunos, sobre o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais abordando a temática de forma clara e democrática, numa perspectiva de organização do currículo , planejamento coletivo, avaliação , espaço físico e projetos direcionados que possibilitem uma maior socialização, aprendizagem e autoestima dos alunos com necessidades educacionais especiais atendidos na escola.

Em seguida, previsões de formação continuada dos professores com estudos de disciplinas ou conteúdos relacionados à educação inclusiva proporcionando a oportunidade de se conhecer técnicas e aportes teóricos e práticos para o trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais.

Pretende-se ainda apresentar nesse PAE propostas de adaptação do espaço e equipamentos utilizados na sala de recursos aos alunos com vistas à extensão desse material: jogos diversos, livros ilustrados, blocos lógicos, materiais de acessibilidade e planejamento adequado aos alunos na sala regular, bem como uma previsão organizada e sistemática de planejamentos coletivos semanais entre professores AEE e professores regulares e supervisores da escola, oportunizando trocas de experiências e planejamento sequencial e direcionado, estudos das cartilhas e materiais propostos para a educação inclusiva.

Previsão de ações que viabilizem o acesso mais frequente da família à escola consolidando essa relação para que juntos, escola e família atentem para o desenvolvimento educacional e social dos alunos da escola, independente de suas necessidades ou limitações.

No PAE haverá propostas de seminários municipais, em parceria com a Secretaria de Assistência social, grupos de estudos, rodas de conversa, palestras abordando o assunto inclusão; ações como recitais de poesia e apresentações artísticas com a participação dos alunos com e sem necessidades educacionais especiais.

3.2 Quadros de propostas para o PAE

As ações propostas serão apresentadas nas próximas subseções, com cronogramas de indicações das estratégias a serem utilizadas, prazos estipulados e responsáveis para realização de cada ação. Para cada ação proposta, foi elaborado um quadro no formato 5w2h¹² com as definições detalhadas para sua implementação.

¹² 5W2H é uma ferramenta para elaboração de planos de ação que, por sua simplicidade, objetividade e orientação à ação, tem sido muito utilizada em Gestão de Projetos, Análise de Negócios, Elaboração de Planos de Negócio, Planejamento Estratégico e outras disciplinas de gestão. De origem atribuída a diferentes autores, que vai desde os trabalhos de Alan G. Robinson, Rudyard Kipling, Marco Fábio Quintiliano até Aristóteles, essa ferramenta baseia-se na elaboração de um questionário formado por sete perguntas. Disponível em: <http://blog.iprocess.com.br/2014/06/5w2h-ferramenta-para-a-elaboracao-de-planos-de-acao/>. Acesso em: 30/09/2017.

3.2.1 Reformulação do PPP

O Projeto Político Pedagógico é um documento norteador das ações pedagógicas da escola. É um plano de construção coletiva que retrata todo o funcionamento da escola destacando sua missão, os objetivos a que se propõem, projetos que realiza, enfim, contempla a realidade vivenciada pela escola em aspectos econômicos, sociais, pedagógicos e estruturais.

Percebemos que, embora seja revisado a cada dois anos, e tenha sido elaborado de acordo com a legislação nacional, com fundamentos e procedimentos definidos pelos Conselhos Nacional e Estadual de Educação, com as normas da SEE/MG, o PPP da escola não contempla ações específicas que direcionem o trabalho pedagógico inclusivo na escola.

Faz-se necessário sua reformulação periódica a fim de atualizarem se as ações desenvolvidas na instituição. Sendo assim, propõem-se ações no cotidiano da escola, com envolvimento e participação da comunidade escolar, como objetivo de reorganizar a proposta pedagógica de forma a contemplar ações inclusivas na escola, sobretudo, nas turmas regulares de ensino. O quadro a seguir apresenta as ações propostas para a reformulação do PPP, prevendo cada estratégia, o local, a data, os possíveis responsáveis, a forma de implementação e a previsão orçamentária específicas para cada ação.

Quadro 5 – Ações para reformulação do PPP

WHAT (O quê?)	WHY (Por quê?)	WHERE (Onde?)	WHEN (Quando?)	WHO (Por quem?)	HOW (Como?)	HOW MUCH (Quanto custará?)
Reestruturação do PPP com propostas específicas ; de forma a contemplar ações inclusivas na escola, sobretudo , nas turmas regulares de ensino.	Para reorganizar a proposta pedagógica. com ações específicas para implementação da Educação inclusiva.	Escola	Segundo semestre 2018	Diretora, Supervisora e professores	Estudo da legislação vigente sobre o PPP; Estudo do PPP atual, destacando seus pontos fortes e fracos; Reunião com equipe escolar para apresentação, discussão e sugestões para reestruturação com vistas à organização temporal ,espacial e estrutura para atendimento aos alunos com necessidades especiais.	Sem custos financeiros
Reuniões com a comunidade escolar	Discutir ações e propostas relevantes que devem constar no documento PPP	Escola	1º semestre 2018	Diretora e supervisora	Reuniões por segmentos da comunidade escolar (alunos maiores de 16 anos, pais ou responsáveis, profissionais da escola) para conhecimento do atual PPP e discussão das propostas a serem implementadas.	Sem custos financeiros
Consolidação das discussões e redação final do PPP	Apresentar um documento final com proposições coletivas e relevantes ao funcionamento da escola no que se refere à educação inclusiva	Escola	2º semestre 2018	Diretora, supervisora e representantes escolhidos por cada segmento	Reunir representantes dos segmentos (profissionais, pais e alunos) para consolidação das alterações sugeridas priorizando ações inclusivas na escola.	Sem custos financeiros
Aprovação do documento final	Apresentação da versão final do documento a comunidade escolar	Escola	2ºsemestr e 2018	Equipe de gestão e comunidade escolar	Apresentar em reunião conjunta o PPP reestruturado com ênfase em Educação inclusiva e encaminhá-lo à aprovação do Colegiado e SRE.	Sem custos financeiros

Fonte: Elaborado pela autora.

3.2.2 Formação continuada/capacitações aos professores da sala regular

A formação continuada é um importante suporte para professores regentes de turmas regulares. Uma das grandes dificuldades percebidas durante a pesquisa é a falta de habilidade, conhecimento e técnica para direcionar melhor as aulas aos alunos com necessidades educacionais especiais. Sendo assim, entende-se ser necessário um curso específico nessa área, com aportes teóricos e práticos que melhor direcionem o trabalho dos professores. Faz-se necessário também reuniões constantes para discussão e planejamento coletivo entre professores da sala regular e professor da sala de recursos.

A seguir, no Quadro 6, apresentamos sugestões de ações, estratégias, cronograma e previsão orçamentária para desenvolvimento das propostas.

Quadro 6 – Ações sugeridas para Formação continuada e capacitação dos professores

WHAT (O quê?)	WHY (Por quê?)	WHERE (Onde?)	WHEN (Quando?)	WHO (Por quem?)	HOW (Como?)	HOW MUCH (Quanto custará?)
Estudos sobre a proposta de educação inclusiva	Melhor fundamentação teórica sobre Educação inclusiva	Escola	Primeiro semestre 2018 no horário das reuniões pedagógicas semanais	Diretora, Supervisora, professora AEE. Organizarão os estudos para os demais professores	Disponibilizar material impresso e vídeo para estudos e conhecimento de conteúdos relacionados à educação especial; bem como de técnicas e aportes teóricos e práticos para o trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais.	Não haverá custos para essa ação
Palestras com psicólogos e especialistas com formação em Educação inclusiva	Interação e Melhor fundamentação teórica sobre Educação inclusiva	Escola	Primeiro semestre 2018	Equipe gestora da escola e psicólogo/ Especialista em educação Inclusiva	Realização de palestras com o tema Educação inclusiva	Parceria com CRAS .
Cursos básicos em Educação Especial	Aperfeiçoamento sobre Educação inclusiva na sala regular	sede da Escola	Ano de 2018	Equipe gestora , SRE e SEE	Solicitação de recursos a SRE e SEE para custear cursos de aperfeiçoamento na área de Educação inclusiva aos professores das turmas regulares de ensino	Recursos oriundos da SEE.
Utilizar reuniões pedagógicas para discussão do tema Educação inclusiva na escola	Aperfeiçoamento sobre Educação inclusiva na sala regular	Sede da escola	A partir do 1º semestre de 2018. No horário das reuniões pedagógicas semanais	Diretora e Supervisora	Disponibilizar e organizar pauta das reuniões pedagógicas quinzenais para discussão e planejamento coletivo entre professores da sala regular e da sala de recursos	Sem custos

Fonte: Elaborado pela autora.

3.2.3 Adequação de espaço e equipamentos disponíveis

Durante a pesquisa, foi possível constatar que as crianças com necessidades especiais têm maior facilidade de aprendizagem utilizando os recursos disponíveis na sala multifuncional. Acreditamos que se esses recursos e práticas forem aproveitados na sala regular pelo professor regular, os resultados desses alunos serão mais positivos. Nesse sentido entendemos a necessidade de uma proposta de trabalho coletivo e sistematizado entre professores da sala de recurso e professores regulares.

Constatou-se ainda, a partir das entrevistas e relatos que os professores regulares têm poucas informações sobre como trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais. Acreditamos, portanto que propostas de ações que envolvam estudos, debates e trocas de experiências serão úteis nesse grande desafio relatado pelos docentes.

Quadro 7 – Ações sugeridas para Adequação de espaço e equipamentos

WHAT (O quê?)	WHY (Por quê?)	WHERE (Onde?)	WHEN (Quando?)	WHO (Por quem?)	HOW (Como?)	HOW MUCH (Quanto custará?)
Elaboração de planilha para ampliação do prédio escolar contemplando a construção de uma sala apropriada para funcionamento da sala de recursos	Adequação de espaço físico para melhor atender a demanda de alunos com NEES	Escola	Durante o ano de 2018	Diretora, Supervisora, professora AEE.	Elaborar com apoio do engenheiro da SRE planilha de ampliação do prédio escolar Solicitar da SEE liberação de recursos já firmado em Termo de compromisso entre a escola para ampliação do prédio escolar	Recurso oriundo da SEE- conforme planilha de custos elaborado por engenheiro a SRE
Utilização dos recursos da sala multifuncional às aulas regulares	Melhor atendimento aos alunos com NEE na sala regular de ensino.	Escola	1º semestre 2018	Equipe gestora da escola e psicólogo/ Especialista em educação Inclusiva	Proporcionar e treinar professores da sala regular para a utilização dos recursos pedagógicos e de mídias disponibilizados na sala de recursos	Sem custos

Fonte: Elaborado pela autora.

3.2.4 Participação da família na escola

Um dos grandes entraves relatados pelos professores na pesquisa é a escassa participação dos pais no processo ensino aprendizagem dos filhos. Sendo assim, consideramos de grande relevância propor ações que viabilizem a participação dos pais na escola. Oportunizando o acesso mais frequente da família à escola e proporcionando espaços de consolidação de laços, trocas de experiência, valorização das atividades realizadas pelos pais no dia a dia, no trabalho e vida cultural; no intuito de aproximar culturas e gerações diferentes consolidando uma relação de proximidade aluno, escola e família. O Quadro 8 prevê ações com o intuito de fomentar uma maior participação da família ou responsáveis pelos alunos nas atividades desenvolvidas no âmbito escolar.

Quadro 8 – Ações sugeridas para maior participação da família na escola

WHAT (O quê?)	WHY (Por quê?)	WHERE (Onde?)	WHEN (Quando?)	WHO (Por quem?)	HOW (Como?)	HOW MUCH (Quanto custará?)
Roda de conversa e palestras com funções sociais envolvendo alunos e comunidade escolar	Melhor entrosamento família / escola	Escola	Durante o ano de 2018 no período de jornada de trabalho	Equipe gestora	Organizar rodas de conversa e palestras com assuntos de interesse da família com temas que retratem a educação de alunos com necessidades especiais de aprendizagem	Sem custos;
Oficinas de artesanato, horticultura e teatro	Maior envolvimento família / escola	Escola	A partir de 2018	Professores/Especialista/ Pais e Comunidade escolar/Parceiros: (Técnico da EMATER, Técnico em Meio Ambiente e Instituto Federal de Minas Gerais) tendo como responsável a diretora	Feiras culturais com a participação dos pais e alunos ; Aulas de artesanato, culinária e horticultura ministradas pelos pais Mostra culturais dos trabalhos das oficinas	Custeado através de parcerias com os envolvidos
Reuniões bimestrais com pais por nível de escolaridade	Melhor entrosamento família / escola	Escola	2º semestre 2018	Diretora e supervisora	Convocar pais para reuniões a cada bimestre com a participação dos professores regulares e AEE , supervisora e diretora Discutir resultados e estratégias para melhoria dos mesmos	Sem previsão orçamentária
Atividades esportivas e artísticas com a participação dos pais	Melhor entrosamento família/ escola	Escola	2º semestre 2018	Professores/Especialista/ Pais e Comunidade escolar/Parceiros: (Técnico da EMATER, Técnico em Meio Ambiente e Instituto Federal de Minas Gerais) tendo como responsável a diretora	Recitais de poesias; Encontro de sanfoneiros e violeiros; Danças típicas do campo (caboclada, quadrilha) Feiras folclóricas Campeonatos esportivos (corriteca e futsal com disputa entre pais/funcionários e alunos	Sem previsão orçamentária

Fonte: Elaborado pela autora.

3.2.5 Seminários e grupos de estudos

A busca de uma parceria entre o poder público municipal e instituições envolvidas na educação de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais faz-se necessário para um maior fortalecimento das ações e soma de recursos humanos e materiais para um melhor entendimento e direcionamento e realização de uma educação inclusiva, nessa perspectiva o Quadro 9 aponta ações nesse sentido.

Quadro 9 – Ações sugeridas para organização de seminários e grupos de estudos

WHAT (O quê?)	WHY (Por quê?)	WHERE (Onde?)	WHEN (Quando?)	WHO (Por quem?)	HOW (Como?)	HOW MUCH (Quanto custará?)
Seminários com a participação das instituições sociais municipais envolvidas na Educação inclusiva	Fortalecimento das ações e soma de recursos humanos e materiais para um melhor entendimento e direcionamento e realização de uma educação inclusiva	Sede da Escola	A partir de 2018 durante a jornada de trabalho .	Responsabilidade e da gestão com participação da Secretaria de Assistência social, coordenação da APAE, professores AEE e professores regulares.	Reuniões, palestras e grupos de estudos com a participação do CRAS, Secretaria de Assistência social, e APAE.	sem custos

Fonte: Elaborado pela autora.

Realizadas essas considerações, apresentaremos a seguir, o Quadro 10 também em formato 5w2h , onde apresenta-se uma síntese de todas as ações previstas para o PPP. Correlacionando-as com seus objetivos, responsáveis pela execução, tempo de implementação e ainda especificação de previsão orçamentária, quando for o caso.

Quadro 10 – Resumo do Plano de Ação Educacional

WHAT (O quê?)	WHY (Por quê?)	WHERE (Onde?)	WHEN (Quando?)	WHO (Por quem?)	HOW (Como?)	HOW MUCH (Quanto custará?)
Reformulação do PPP com propostas específicas ; de forma a contemplar ações inclusivas na escola, sobretudo , nas turmas regulares de ensino	Consolidação da gestão democrática para reorganizar a proposta pedagógica. com ações específicas para implementação da Educação inclusiva	Escola	Segundo semestre 2018 no horário das reuniões pedagógicas semanais	Diretor, Supervisor, Professores, Pais e alunos	Estudos, discussões e reflexões com toda a comunidade escolar.	Sem custos financeiros
Formação continuada/ capacitações aos professores da sala regular	Aprimoramento do trabalho com alunos com NEEs para fundamentação teórica e prática sobre Educação inclusiva	Escola	A partir do primeiro semestre 2018. no horário das reuniões pedagógicas semanais	Professores, Equipe gestora, Equipe SRE e SEE	Palestras com psicólogos e especialistas em Educação inclusiva; Cursos básicos em Educação Especial	Parceria com o CRAS.
Adequação de espaço e equipamentos disponíveis	Proporcionar espaço e equipamentos adequados aos à aprendizagem aos alunos com NEE.	Escola	Início 2018	Colegiado escolar, Direção, engenheiro SRE, SEE	Solicitação à SEE liberação de recursos já firmado em Termo de compromisso entre a escola para ampliação do prédio	Recurso da SEE conforme planilha de custos elaborada pelo engenheiro SRE

					escolar	
Participação da família na escola	Consolidação de parcerias entre família e escola	Escola e comunidade	Durante o ano de 2018 no período de jornada de trabalho	Professores/Especialista /Pais e Comunidade escolar/Palestrante Profissional da educação	Reuniões, feiras culturais, Rodas de conversa, campeonatos esportivos.	Custeado através de parcerias com os envolvidos
Seminários e grupos de estudos	Fortalecimento das ações e soma de recursos humanos em materiais para um melhor entendimento e direcionamento para realização de uma Educação Inclusiva.	Escola	A partir de 2018 durante a jornada de trabalho. durante a jornada de trabalho. durante a jornada de trabalho.	Responsabilidade da gestão com participação da Secretaria de Assistência social, coordenação da APAE, professores AEE e professores regulares.	Reuniões, palestras e grupos de estudos.	Sem custos financeiros

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir desses detalhamentos das ações propostas para o PAE: previsão de estratégias, local, data, e possíveis responsáveis por cada ação e ainda, a forma de implementação e a previsão orçamentária específicas para cada proposta; espera-se que o trabalho seja realizado de forma séria e compromissada por parte de toda a equipe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pressupõe-se que uma educação realmente inclusiva possibilite atendimento a todos os alunos no ambiente escolar, inclusive aqueles que apresentam NEE. A pesquisa realizada buscou aporte teórico em estudos de O estudo adota como referência teórica os estudos de Arroyo (2007; 2010), Figueiredo (2008), Glat (2011) e Mantoan (2004; 2006; 2007) e das legislações vigentes acerca da Educação Inclusiva, além de outros autores que defendem a perspectiva de uma escola inclusiva onde ocorram transformações efetivas em toda sua organização física, humana, nas propostas curriculares e metodologias pedagógicas com a intenção de garantir a escolarização de qualidade a todos os alunos.

Parte-se do princípio de que toda criança tem direito à educação. A Constituição Federal em seu artigo 208 determina que o atendimento especializado à pessoa com deficiência ocorra, preferencialmente, na rede regular de ensino.

A Declaração de Salamanca (1994) prevê a organização das escolas para o acolhimento de crianças e jovens com NEE; ressaltando que as escolas devem se adequar a essas necessidades, pois são as instituições de ensino são os meios mais eficientes para se combater a discriminação e proporcionar inclusão a todos.

Como gestora da pequena Escola Riacho Doce, localizada na zona rural de um pequeno Município no Estado de Minas Gerais, sempre preocupou-me a adaptação das crianças e jovens com NEE ao contexto escolar, considerando que a escola é referencial de extensão da cultura, da socialização, da progressão nos estudos, e, sobretudo, de possibilidades efetivas de aprendizagem na sala regular, debruicei-me sobre este estudo no intuito de compreender as reais condições oferecidas pela escola no que se refere ao trabalho com essas crianças e jovens e as perspectivas que esta apresenta de melhoria de condições no processo de inclusão escolar, partindo do princípio de que a diversidade não deve ser considerada um problema, nem um fator de segregação, como se houvessem modelos padronizados de alunos determinando modos de agir e o que aprender, mas sim um espaço de convivência social e humana, buscando uma interação múltipla em que os sujeitos sejam parceiros no processo de aprendizagem.

A questão norteadora de toda a pesquisa foi: de que maneira a gestão da escola Riacho Doce pode aprimorar o atendimento oferecido aos seus alunos com

Necessidades Educacionais Especiais, levando-se em conta as especificidades de uma Escola do Campo? O objetivo geral do trabalho é contribuir para que os professores do ensino regular da E.E. Riacho Doce adaptem suas aulas de forma a atenderem com êxito os alunos com NEE para que esses não sintam-se desestimulados e não desistam do ensino regular a que têm direito garantido pela legislação vigente.

Propusemo-nos no primeiro capítulo dessa dissertação a realizar uma breve contextualização histórica do movimento inclusivo numa perspectiva nacional e estadual, com ênfase no Estado de Minas Gerais, bem como, verificar as práticas de educação inclusiva nas turmas regulares da E.E. Riacho Doce, uma Escola do Campo do interior do Estado de Minas Gerais, retratando a realidade da escola pesquisada no que se refere aos alunos com NEE; os projetos que a escola desenvolve; número de profissionais atuantes e a relação de alunos com necessidades educacionais especiais que atende; identificando seus transtornos atestados nos laudos, idade e ano de escolaridade.

No segundo capítulo, pretendeu-se propor uma discussão teórica a partir de alguns autores que discutem a educação inclusiva nas turmas regulares, tendo as salas de recursos como apoio de aprendizagem; no intuito de verificar incoerências ou necessidades de adaptação no processo de inclusão da Escola Riacho Doce e, ainda, nesse capítulo, foi realizada a análise dos dados coletados retomando os referenciais teóricos abordados.

No terceiro capítulo, pretendeu-se apresentar um Plano de Ação Educacional, levando-se em consideração os resultados dos dados analisados e as propostas de planejamento educacional inclusivo da escola. Tais propostas de intervenção e aprimoramentos das práticas inclusivas, na sala regular de ensino, aqui apresentadas, baseiam-se em ações coletivas e de parcerias. Com a intenção de sempre acrescentar e apoiar todas e quaisquer ações já realizadas na escola nesse sentido.

Intencionou-se reunir evidências sobre as práticas desenvolvidas pelos professores regulares e professora do AEE da Escola Estadual Riacho Doce no que se refere à educação dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Constatou-se após estudo de documentos e pesquisa de campo que a referida escola necessita de uma reformulação e reorganização em seu

planejamento para que as aulas no ensino regular sejam proveitosas e exitosas a todos os alunos independente do ritmo de aprendizagem que apresentam.

Importante salientar que o PPP, por exemplo, com poucas indicações de fortalecimento da Educação Inclusiva na Escola e com propostas a partir de então de reformulação coletiva com o envolvimento de toda a comunidade escolar.

Verificou-se que os professores da sala regular têm pouco conhecimento sobre práticas inclusivas e que o espaço físico poderia ser melhor adaptado a essas práticas, constatou-se também que há pouca interação professor regular e professor do AEE e ainda, que as aulas regulares são pouco diversificadas e que a família se faz pouco presente na escola.

Como proposições são apontadas sugestões de ações que viabilizem práticas democráticas e coletivas no sentido de proporcionar aulas mais dinâmicas e inclusivas, melhor interação entre os professores, bem como, capacitação e formação continuada para esses, participação mais efetiva da família na escola.

Nesse ponto de vista, com apoio de toda a equipe pedagógica e comunidade escolar, espera-se que as articulações previstas e as ações relacionadas contribuam para uma educação de qualidade tendo em vista que, todas essas estratégias sugeridas visam garantir o direito à aprendizagem à progressão e escolarização de todos os alunos da escola, inclusive os que possuem necessidades educacionais especiais.

As propostas sugeridas no PAE assinalam a necessidade de fortalecimento e algumas estratégias de planejamento que reforçam a ideia de coletivo, interação, reestruturação e outras que não invalidam o trabalho já desenvolvido pelos professores da escola, mas que contribuem para uma sistematização de ações no decorrer do ano com práticas internas e externas numa perspectiva inclusiva.

Sendo assim, enquanto parte da gestão da escola, pretendemos executar e concluir as ações propostas e outras, que porventura fizerem-se necessárias nesse percurso de mudanças e transformações de ambientes e posturas, tendo como princípio o respeito às diferenças e foco na aprendizagem de todos os alunos.

No decorrer da pesquisa, outras situações que auxiliam o processo de inclusão foram detectadas: o trabalho desenvolvido pelo professor de apoio, profissional exclusivo para atendimento dos alunos que apresentam deficiências múltiplas e que auxiliam na aprendizagem em sala de aula. sendo esta uma

proposta articulada da SEE que muito tem contribuído para o desempenho dos alunos com deficiências múltiplas; o professor AEE da sala de recursos, que, enfrenta desafios diversos, principalmente no que se refere ao apoio familiar. Citamos ainda o processo de avaliação tradicional e burocrático ainda muito presente na escola. Questões que podem ser objetos de pesquisas futuras e que, com certeza, contribuirão para avanços e progressos para uma educação inclusiva nas escolas públicas de nosso país.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Gilberto Luiz. Discursos sobre Educação no Campo: ou como a teoria pode colocar um pouco de luz num campo muito obscuro. In: ALVES, Gilberto Luiz (Org.). **Educação no campo: recortes no tempo e no espaço**. Coleção Educação Contemporânea. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.
- ARROYO, Miguel G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p.p. 1075-1432, 2010.
- _____. **Indagações sobre currículo** – educandos e educadores: seus direitos e o currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de educação básica, 2007a.
- _____. Políticas de formação de educadores (as) do campo. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 27, n. 72, (2007b), p.p. 157-176.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 5a ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.
- _____. **Constituição Federal do Brasil**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris Ltda., 1995.
- _____. Resolução nº 4 MEC CNE/CEB, de 2 de outubro de 2009. **Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial**. Brasília, 2009.
- _____. Lei 5.682, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino do 1º e 2º graus**. In: Legislação Fundamental, organiz. Pe. José Vasconcelos, Rio de Janeiro, 1972.
- _____. Estatuto da criança e do adolescente. **Lei federal nº 8069**, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.
- _____. **Plano Nacional de Educação**. 2011. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2017.
- _____. MEC. **Cadernos de Formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Disponível em: <<http://pacto.mec.gov.br>> Acesso em: 30 set. 2017.
- _____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SECADI, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acesso em: 23 set. 2017.
- CAIADO, Katia Regina M.; MELETTI, Silvia Marcia F. **Educação Especial na Educação do Campo no Estado de São Paulo: uma interface a ser construída**. Educação para o campo em discussão: subsídios para o Programa Escola Ativa. Brasília: SECADI, 2012.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS, 1994, Salamanca. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: Corde, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2017.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga; PANTOJA, Luisa de Marillac P.; MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns**. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

FERREIRA, Windyz B. Educação inclusiva: será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos? **Revista da Educação Especial**, n. 40, out/2005.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. **A escola de atenção às diferenças**. Disponível em: <<http://cdnbi.tvescola.org.br/resources/VMSResources/contents/document/publicationsSeries/19131803-Escoladiferencas.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2017.

GLAT, Rosana. Educação inclusiva para alunos com necessidades especiais: processos educacionais e diversidade. In: Marcos Daniel Longuini (Org.). **O uno e o diverso na educação**. Uberlândia: EDUFU, 2011, p.p. 75-91.

GLAT, Rosana; ANTUNES, Katiuscia Cristina Vargas. Pesquisa em Educação Especial: reflexões sobre sujeitos, ética e metodologia. In: TAQUETTE, S. R.; CALDAS, C. P.. (Org.). **Ética e pesquisa com populações vulneráveis**. 1ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012, p. 267-292.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais. **Pesquisa em Educação**. Rio de Janeiro: EduERJ, 2012, 162 p.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar 2016**. Brasília: MEC, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** Brasília: Summus Editorial, 2015.

_____. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

_____. Entre pontos e contrapontos. IN: MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G.; ARANTES, V. A. (Org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

_____. Caminhos pedagógicos da educação inclusiva. IN: GAIO, R.; MENEGHETTI, R. G. K. (Orgs.). **Caminhos pedagógicos da educação especial**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MINAS GERAIS. **Cartilha para pais, estudantes e profissionais da educação: Inclusão escolar de estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento**. Minas Gerais, 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.** Brasília, 2002.

SANTOS, Elizete Fernandes dos. **Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais:** desenvolvendo novos olhares, buscando novas propostas. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. PPGP, Juiz de Fora, 2014, 82p.

SOARES, Edla de Araújo Lira. **Parecer da resolução CNE/CEB n. 1,** de abril de 2002. BRASIL. Resolução CNE/CEB 1.

UNESCO. **Declaração de Salamanca.** Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – ENTREVISTA COM O PROFESSOR DA SALA DE RECURSOS E PROFESSOR REGULAR

1. Qual a sua formação pedagógica? Você possui formação continuada?
2. Você possui cursos específicos para a educação especial? Quais?
3. Há quanto tempo trabalha nessa função?
4. O que a levou a seguir por esse caminho?
5. Como é sua rotina de trabalho?
6. Em que você se baseia para planejar suas aulas?
7. Qual a maior dificuldade que encontra no ambiente escolar?
8. Qual a maior dificuldade que encontra no ambiente externo relacionado inclusive à família?
9. Quais apoios você citaria no ambiente escolar que colaboram para seu trabalho e quais você citaria no ambiente externo?
10. De que forma você, normalmente, avalia seus alunos?
11. Se o resultado não foi o esperado, qual sua postura como professora?
12. Qual ou quais atividades você citaria que mais agradam seus alunos?
13. De que forma você resolve problemas de indisciplina na sala?
14. Cite uma frase em que você definiria a educação inclusiva em sua escola:

APÊNDICE 2 – ENTREVISTA COM OS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

1. Quantos anos você tem?
2. Qual ano de escolaridade frequenta?
3. Já repetiu algum ano?
4. Você está matriculado na turma regular e na sala de recursos. Você pode descrever os dois ambientes?
5. Qual é o de sua preferência? Por quê?
6. As atividades que os professores propõem são interessantes?
7. Você tem boas notas na escola?
8. Seus colegas ajudam com as atividades?
9. Sua família auxilia nas atividades para casa?
10. Seus professores ouvem e respondem suas dúvidas?
11. As atividades que você realiza são as mesmas dos demais colegas? Você está satisfeito com isso?
12. Você gosta de estudar? Por que vai a escola?

ANEXOS

ANEXO 1 - MODELO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS - CEP/UFJF

36036-900 JUIZ DE FORA - MG – BRASIL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **“PROPOSTAS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR EM UMA ESCOLA DO CAMPO”**. Nesta pesquisa pretendemos encontrar novas perspectivas para práticas de inclusão de alunos com necessidades especiais num contexto escolar rural. O motivo que nos leva a estudar é **a análise dos resultados das avaliações internas dos alunos que são atendidos na sala de recursos. Tais resultados apresentam-se insatisfatórios e sempre abaixo da média pelos professores do ensino regular, entretanto, esses mesmos alunos apresentam resultados consideráveis pela professora da AEE.** Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: entrevistas com os alunos com deficiência que frequentam a sala de recursos e a sala regular de ensino; entrevistas aos professores da sala regular e professor da sala de recurso; observação participante das aulas regulares e aulas na sala de recurso. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em riscos mínimos por expressão de opiniões. A pesquisa contribuirá para **melhoria das condições de aprendizagem para os alunos deficientes matriculados na escola.**

Para participar deste estudo o Sr (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito a indenização. O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr. (a) é atendido (a) pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O (A) Sr (a) não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, no e a outra será fornecida ao Sr. (a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador

responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “PROPOSTAS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR EM UMA ESCOLA DO CAMPO” de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas
Juiz de Fora, _____ de _____ de 2017

Nome	Assinatura participante	Data
------	-------------------------	------

Nome	Assinatura pesquisador	Data
------	------------------------	------

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos-UFJF

Campus Universitário da UFJF

Pró-Reitoria de Pesquisa

CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br

GESSINEA RAYDAN EVANGELISTA

Endereço: AV. VICENTE RIBEIRO, 120

CEP: 39784000 / SÃO PEDRO DO SUAÇUÍ – MG

Fone: (33) 988668689

E-mail: gessinea@hotmail.com